
Porto Seguro S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

No ano de 2020, a Porto Seguro demonstrou mais uma vez a solidez de suas operações, com aumento das receitas e crescimento em duplo dígito no lucro líquido, mesmo diante dos impactos da pandemia de Covid-19.

A Porto Seguro encerra 2020 e entra em 2021 com alguns sonhos e desafios, e o principal deles é “Ser cada vez mais um Porto Seguro para nossos clientes”, oferecendo experiências relevantes no uso de seus produtos e serviços, aumentando o alcance da marca, alavancando a transversalidade e o *cross selling*, entre os produtos. Existe um grande potencial de crescimento dos mercados em que atua, e a partir de agora, a Porto Seguro passa a apresentar seus negócios agrupados em quatro verticais: Seguros, Saúde, Negócios Financeiros e Serviços. Esta nova visão da Empresa busca contribuir para a promoção do crescimento de seus negócios observando as diferentes características dos mercados, o potencial de crescimento de cada segmento e a dinâmica de cada uma dessas verticais.

Na vertical Seguros, os prêmios permaneceram relativamente estáveis em relação ao ano anterior (-0,1% vs. 2019). Os prêmios do seguro Auto recuaram 1,2% no ano, decorrente da redução da atividade econômica e da queda do risco, principalmente no segundo trimestre, com reflexos sobre o preço dos seguros. Contudo, o seguro Auto voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos no segundo semestre de 2020, em razão de iniciativas relacionadas à proteção da carteira e da recuperação nas vendas de seguros novos, favorecida pela retomada gradual da atividade econômica e por ações adotadas para aumentar as cotações e a conversão de vendas. Assim, a frota segurada encerrou o ano com um crescimento de 0,7% em comparação a dezembro de 2019. Os prêmios dos seguros Patrimoniais, onde foi observado um aumento da procura por seguros residenciais, expandiram 4,8%, e os seguros de Vida avançaram 2,7%, com desempenho mais favorável nos seguros de Vida Individual (+12,2% vs. 2019), que cresce há mais de 5 anos em duplo dígito, enquanto a queda acentuada da procura por seguro viagem e coberturas em eventos restringiu a expansão do Vida consolidado, o que deve se normalizar a medida que a pandemia diminuir.

Na vertical Saúde, houve uma elevação de 11,3% no faturamento anual, impulsionado pelo quarto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Destaque também para o aumento de 60 mil vidas cobertas nos negócios de Saúde consolidados, mesmo em um ano tão desafiador como foi 2020. A jornada dos clientes deverá ser transformada no Saúde, Odonto e Ocupacional, com maior foco holístico na saúde - e menos transacional para tratar doenças. A eficácia médica e eficiência são vitais para a inclusão de uma maior parcela da população nos planos. A inteligência analítica muito sofisticada será central para o alcance deste objetivo, permitindo que a cadeia de prestação e atendimento de saúde seja usada da melhor forma.

No consolidado de todos os negócios de Seguros (incluindo Saúde), o índice combinado atingiu 90,1%, um recuo de 4,4 p.p. em relação a 2019, representando o melhor resultado da série histórica da Porto Seguro. Essa queda é explicada principalmente pelo decréscimo de 5,3 p.p. na sinistralidade, decorrente do aperfeiçoamento na subscrição e precificação de risco e pela redução da circulação de veículos, em função do isolamento social, que resultou na diminuição da sinistralidade do Auto. No Saúde, o volume de sinistrou também recuou, fruto principalmente do decréscimo dos procedimentos eletivos, principalmente no segundo trimestre.

O índice de despesas administrativas e operacionais de seguros, desconsiderando despesas e incentivos a programas sociais para combater os impactos da pandemia na sociedade (incluindo o programa “Meu Porto Seguro”), melhorou 0,5 p.p. no ano (vs. 2019), representando o quinto ano consecutivo de melhora nesse indicador.

A vertical Negócios Financeiros apresentou aumento nas receitas de 17,5% no ano, impulsionada pelo Consórcio (+18,5% vs. 2019), que registrou aumento no número de cotas e elevação do ticket médio, e pelo crescimento dos Riscos Financeiros (+49,8% vs. 2019). Nas Operações de Crédito (+8,4% vs. 2019), destaque para a expansão na base de clientes: a operação de CDC incrementou o número de contratos em 25,5% (vs. 2019) e o número de Cartões de Crédito atingiu 2,5 milhões de plásticos (+9,7% vs. 2019), com 65% dos clientes fazendo uso do cartão todos os meses. A Carteira de Operações de Crédito encerrou o ano com saldo de R\$ 10 bilhões, 24,2% superior em comparação ao final de 2019. O gerenciamento eficaz da carteira de crédito e as ações para mitigação de risco contribuíram para a redução da inadimplência (NPL +90 dias), que atingiu 4,4% ao final de 2020, apresentando melhora de 0,2 p.p. em relação a 2019, alcançando um resultado favorável mesmo quando comparado ao período anterior a pandemia.

Na vertical Serviços foi registrado aumento de 22,7% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil que cresceu 36,2% no ano (vs. 2019) e alcançou 6,5 mil contratos ativos em 2020. A linha de serviços conta também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro e com potencial de expansão atrativo, como o Porto Cuida, Health for Pet, Porto Faz e Reppara!.

O resultado financeiro decresceu 11,4% no ano, impactado principalmente pela queda na taxa básica de juros. Contudo, a rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex Previdência) superou o “benchmark”, atingindo 387% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em juros indexados à inflação, renda variável e em menor escala, também as alocações em fundos multimercado.

O lucro líquido sem “business combination” alcançou R\$ 1.696 milhões em 2020, crescimento de 22,3% em relação ao ano anterior, resultando num Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,6% no período, 2,3 p.p. superior ao registrado em 2019. Como referência, a rentabilidade da Empresa ajustada com a exclusão do excesso de capital e considerando retorno de 100% do CDI sobre os investimentos foi de 24,1% em 2020.

Com o objetivo de aumentar a transparência de seus negócios e ampliar o alcance dos projetos e práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e de Governança Corporativa (ASG), a Porto Seguro ampliou os canais de comunicação e aumentou o detalhamento das informações e iniciativas ASG conduzidas pela Empresa, que estão cada vez mais alinhadas às suas estratégias de negócio e geram impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente e contribuem para a criação de valor de longo prazo para todos os seus “stakeholders”.

Dentre as principais iniciativas de ASG realizadas em 2020, estão o lançamento do programa “Meu Porto Seguro”, criado para gerar 10 mil postos de trabalho temporário para pessoas que perderam seus empregos durante a pandemia, promovendo treinamento e capacitação para voltarem ao mercado de trabalho com mais qualificação e independência, sendo que até o final de 2020 já haviam sido criados 8,2 mil postos de trabalho; a entrada em operação dos primeiros guinchos elétricos do país; o lançamento do consórcio sustentável para aquisição de placas de energia solar para residências e empresas; o investimento de R\$ 5,0 milhões no Fundo WE Ventures, para fomentar o empreendedorismo no Brasil através de investimentos em startups de tecnologia lideradas por equipes femininas. Destacam-se também os resultados alcançados em mais um ciclo de investimento social privado, que resultou num montante de R\$ 6,4 milhões que vai beneficiar mais de 34 mil pessoas.

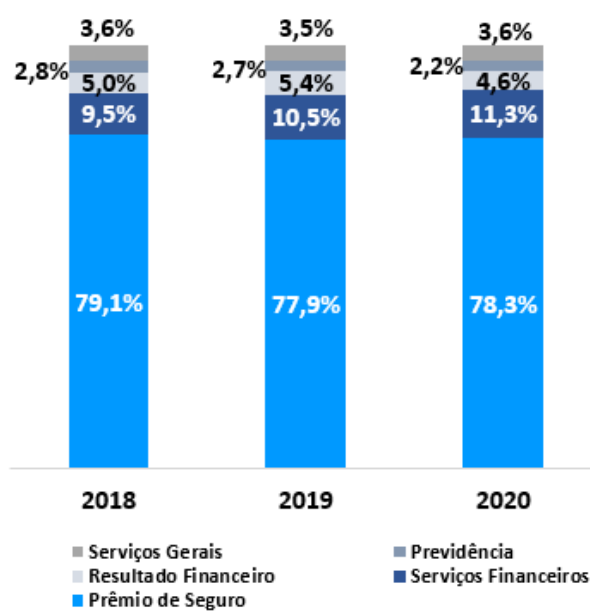
Além disso, diante da crise econômica e de saúde provocada pela pandemia de Covid-19, ao longo de 2020 a Porto Seguro promoveu ações com o objetivo de contribuir para a superação dos desafios enfrentados pela sociedade. Os principais destaques foram: a adoção de medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto para mais de 95% do quadro de funcionários e o comprometimento público em não demitir nenhum colaborador durante o período agudo da crise; a complementação da renda dos prestadores de serviços através do adiantamento de pagamento de serviços; a abertura e ampliação de linhas de crédito específicas para os corretores, comerciantes no entorno do complexo matriz e clientes; a concessão de prorrogação do vencimento de parcelas de seguros, empréstimos e financiamentos para os clientes; o fornecimento de suprimentos e equipamentos para redes hospitalares; a intensificação no apoio a pessoas carentes e a doação de alimentos a entidades assistenciais.

A Empresa segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital, ampliar as práticas ASG e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece, e agradece a todos os colaboradores, corretores, prestadores de serviço, clientes, acionistas, parceiros, fornecedores, investidores e demais “stakeholders” pela cooperação e confiança.

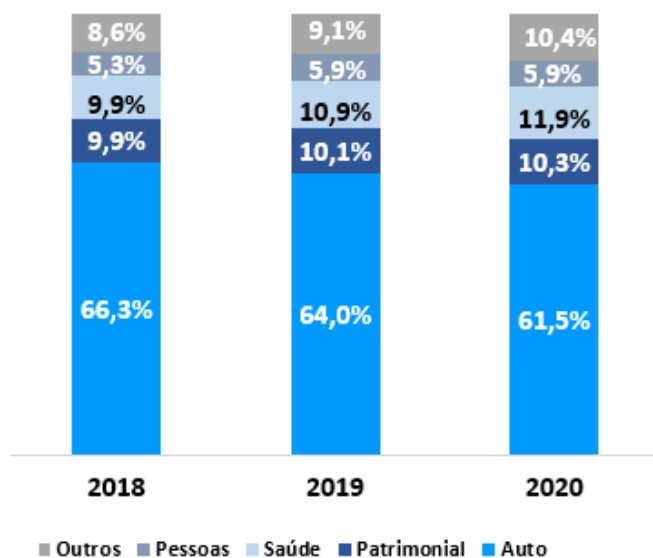
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

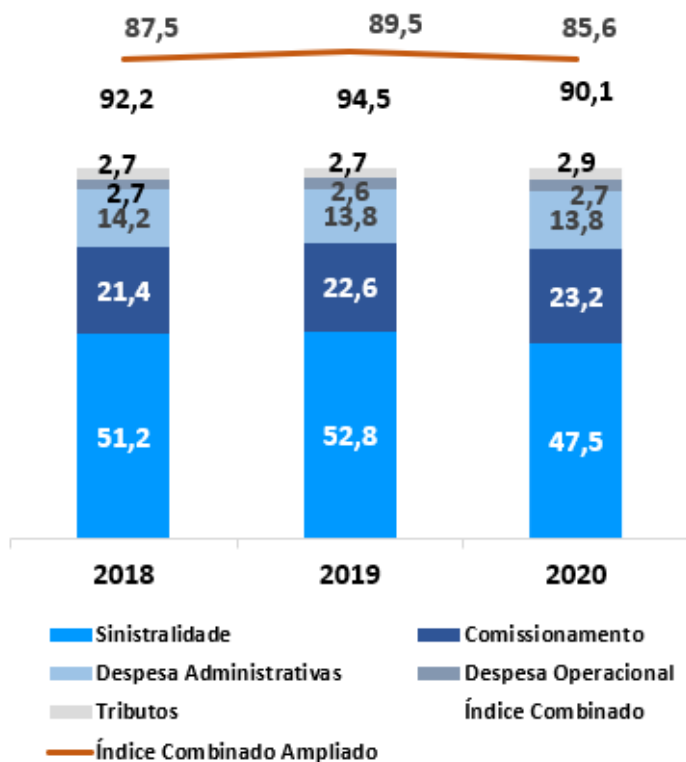
Distribuição Receita Total



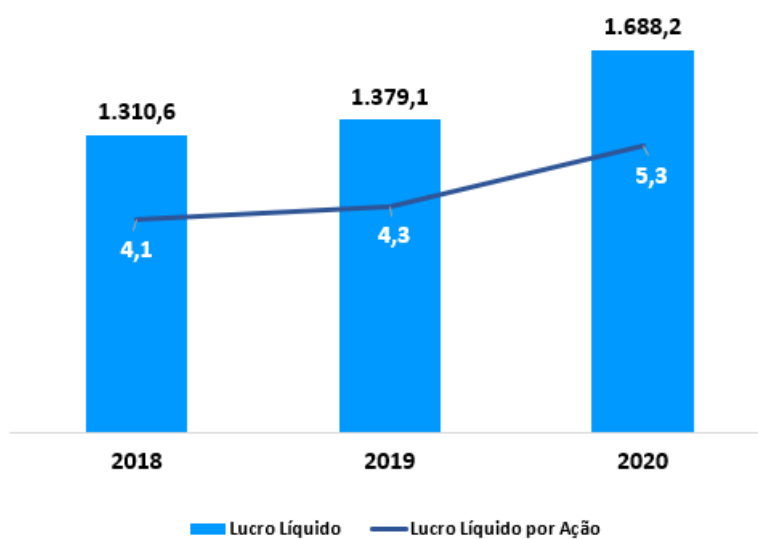
Distribuição dos Prêmios de Seguro



Índice Combinado de Seguros %



Lucro líquido com Business Combination



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2020" e "em 2019" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, respectivamente. Valores expressos em R\$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Operacionais

SEGUROS

Auto consolidado	2020	2019	Variação %
Prêmios auferidos	9.716,0	9.836,2	(1,2)
Sinistralidade (%)	46,9	56,1	(9,2)
Veículos segurados - frota	5.462	5.426	0,7

- Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2020 R\$ 9.716,0 milhões, redução de R\$ 120,2 milhões ou 1,2% sobre os R\$ 9.836,2 milhões em 2019, compensado pelo aumento de 0,7% da frota segurada para 5.462 mil veículos em 2020 em relação aos 5.426 mil em 2019.

Prêmios auferidos - Patrimonial	2020	2019	Variação %
Patrimoniais - Porto Seguro	1.151,2	1.075,3	7,1
Patrimoniais - Itaú	479,0	480,9	(0,4)
Total Patrimonial	1.630,2	1.556,2	4,8

Sinistralidade - Patrimonial	2020	2019	Variação p.p.
Patrimoniais - Porto Seguro	37,1	31,4	5,7
Patrimoniais - Itaú	25,4	29,6	(4,2)
Total Patrimonial	33,5	30,8	2,7

- As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R\$ 439,6 milhões em 2020, redução de R\$ 72,1 milhões ou 14,1% em relação aos R\$ 511,7 milhões de 2019. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 131,5 mil em 2020, uma queda de 7,0% em relação aos 141,4 mil em 2019.
- O índice de despesas administrativas e operacionais - seguros, no ano de 2020, atingiu 16,5% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão

Relatório da Administração 2020



**PORTO
SEGURO**

contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

SAÚDE

Prêmios auferidos - Saúde	2020	2019	Variação %
Saúde empresarial	1.745,2	1.540,1	13,3
Saúde odontológico	139,4	129,1	8,0
Total Saúde	1.884,6	1.669,2	12,9

Sinistralidade - Saúde	2020	2019	Variação p.p.
Saúde empresarial	74,4	78,3	(3,9)
Saúde odontológico	42,1	44,3	(2,2)
Total Saúde	72,0	75,6	(3,6)

- Destaque para o aumento de 60 mil vidas cobertas nos negócios de Saúde consolidados, mesmo em um ano tão desafiador como foi 2020.

NEGÓCIOS FINANCEIROS

- As receitas com crédito e financiamento totalizaram R\$ 1.709,3 milhões em 2020, aumento de R\$ 132,7 milhões ou 8,4% em relação aos R\$ 1.576,6 milhões em 2019. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 24,2%, passando para R\$ 10.019,6 milhões em 2020 em relação aos R\$ 8.065,6 milhões em 2019.

- As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 384,0 milhões em 2020, com aumento de R\$ 59,9 milhões ou 18,5%, em relação aos R\$ 324,1 milhões em 2019. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 10,5% passando para 168 mil em 2020, em relação aos 152 mil em 2019.

SERVIÇOS

- Destaque para o Carro Fácil que cresceu 36,1% no ano e alcançou mais de 7 mil contratos ativos em 2020. As receitas recorrentes de serviços contam também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro com potencial de expansão atrativo, como o Health for Pet, Porto Faz e Reppara.

Relatório da Administração 2020



**PORTO
SEGURO**

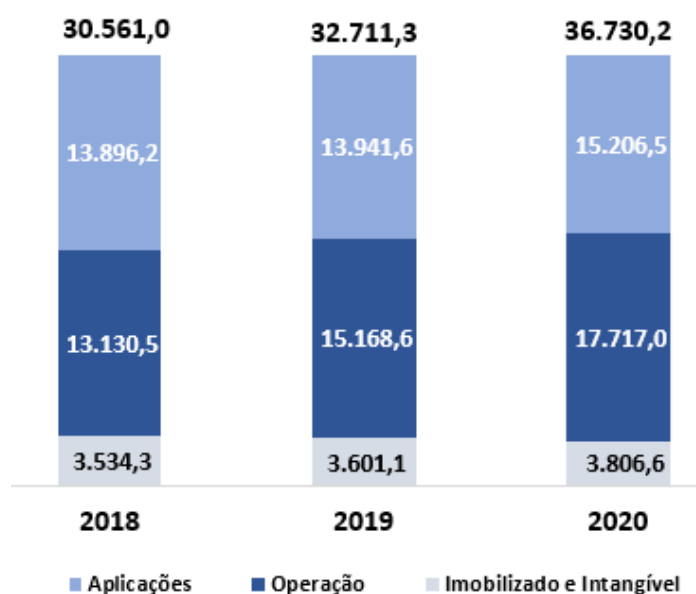
Resultado Financeiro

Resultado financeiro	2020	2019	Variação %
Resultado financeiro - seguros	779,3	823,5	(5,4)
Resultado financeiro - outros negócios	141,8	216,3	(34,4)
Total resultado financeiro	921,1	1.039,8	(11,4)

- O resultado financeiro decresceu 11,4% no ano, impactado principalmente pela queda na taxa básica de juros. Contudo, a rentabilidade sobre as aplicações financeiras superou o “benchmark”, atingindo 412% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em juros indexados à inflação e em renda variável.

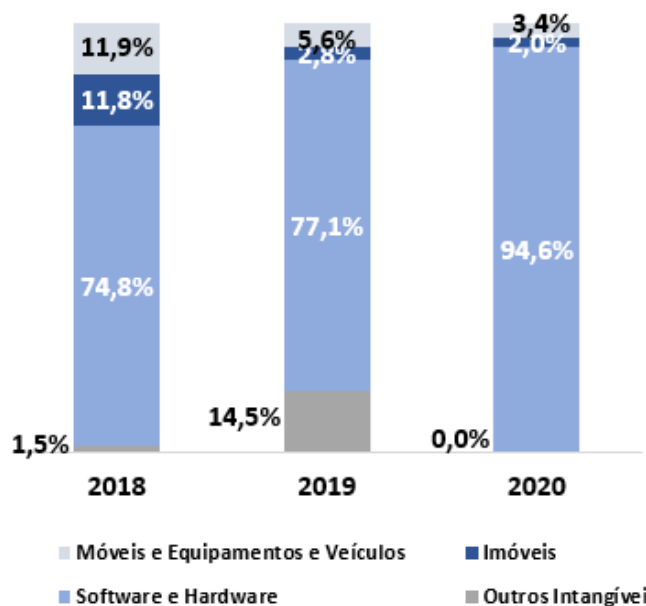
Posições Patrimoniais

Ativos Totais

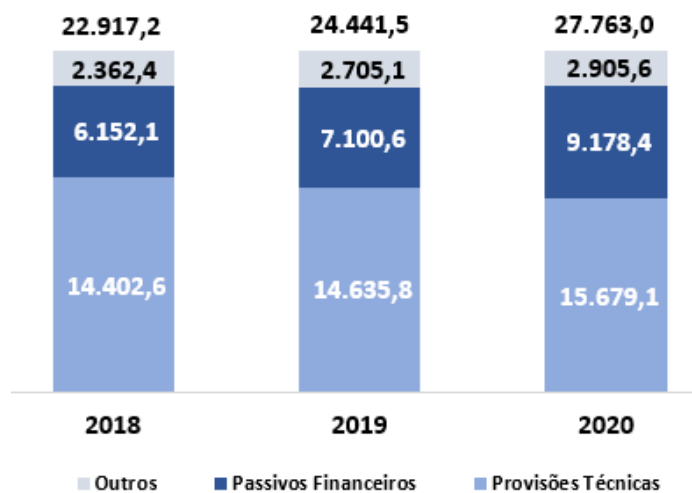




Investimentos (Capex)

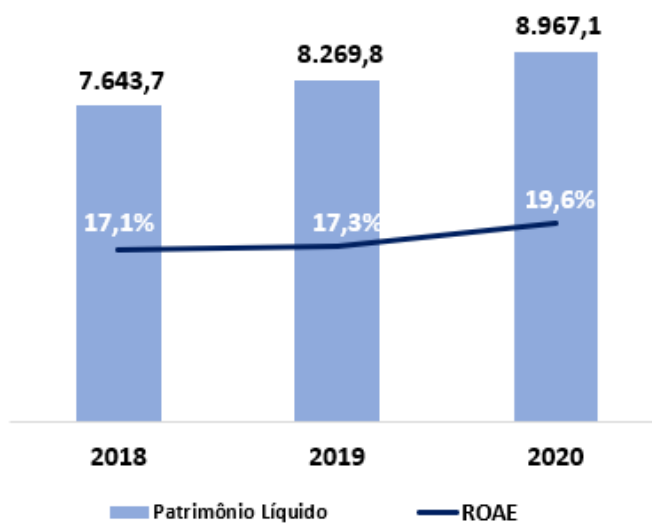


Passivos Totais



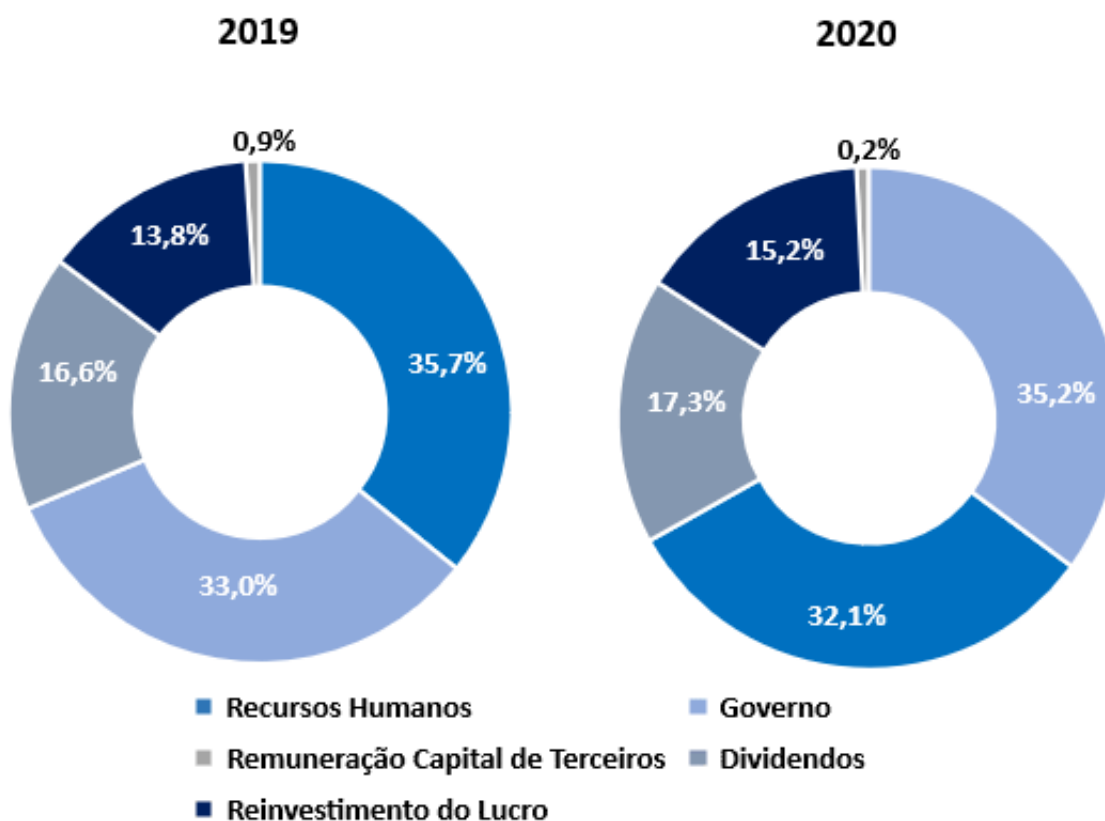


Patrimônio Líquido com Business Combination



VALOR ADICIONADO

Em 2020, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 5.193,4 milhões, com aumento de 14,5% sobre o montante de R\$ 4.535,2 milhões do ano de 2019, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, se houver, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas (“Comitês”), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de auditoria:

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos



desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Remuneração:

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Marketing:

O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

Comitê Digital:

O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E “MARKETING”

Em 2020, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Meu Porto Seguro: programa ofereceu 10 mil postos de trabalho, trazendo capacitação e geração de renda, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia.

Parceria com a Volkswagen: parceria entre Porto Seguro Auto e Volkswagen garante seguro gratuito por um ano para o automóvel Nivus e acesso ao app da Porto Seguro por meio do VW Play, disponível na central multimídia dos veículos Nivus e T-Cross.

Parceria com a Estapar: por meio do app Porto Seguro Auto, os clientes podem localizar os estacionamentos da Rede Estapar que possuem, até 40% de desconto.

Pix como meio de pagamento: o Porto Seguro Auto aceita o Pix, novo meio de pagamento eletrônico do Brasil, lançado em novembro de 2020, para pagamento do seguro automóvel.

Novas opções de parcelamento no Azul Seguro Auto: ao contratar ou renovar o Azul Seguro Auto, os clientes podem parcelar o valor do seguro em até 10 vezes sem juros em qualquer cartão ou em 12 vezes sem juros no Cartão de Crédito Porto Seguro.

Apólice Digital: priorizando a agilidade e a sustentabilidade, as apólices da Azul Seguros passaram a ser 100% digitais para novos clientes, renovações ou renovações congêneres.

Parceria Seguro Auto + financiamento: possibilidade de financiar um veículo e incluir o valor do Porto Seguro Auto ou Azul Seguro Auto na mesma parcela, no ato da contratação. A modalidade é exclusiva para pessoa física e automóveis de passeio com até 10 anos.

Guincho elétrico: A Porto Seguro passa a operar o primeiro e único guincho totalmente movido à energia elétrica, que emite 96% menos gases de efeito estufa.

PRÊMIOS DE 2020

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2020, em categorias diferentes, destacando-se:

- Marcas Mais Valiosas do Brasil 2020 (Interbrand).
- Estadão Finanças Mais (O Estado de S. Paulo) - Seguro Auto.
- Marcas Mais (O Estado de S.Paulo) – Seguradoras.
- Top Of Mind (Folha de S.Paulo) – Seguros.
- Ranking Maiores e Melhores (Exame) – Ranking Geral e Seguradoras.
- Prêmio Mobilidade (O Estado de S.Paulo) – Auto.
- Melhores Serviços (O Estado de S.Paulo) – Seguros, Residencial e Auto.
- Marcas Mais Amadas pelos Cariocas (O Globo) – Melhor Seguradora.

PROJETOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Em 2020, o Teatro Porto Seguro apresentou 18 atrações entre shows e espetáculos presenciais e on-line, em 41 sessões, atraindo um público de mais de 18 mil espectadores.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2020 com 12.081 funcionários, sendo 7.996 pessoas nas empresas seguradoras e 4.085 em outras empresas. Foram admitidos 1.963 funcionários, sendo 356 nos programas de diversidade: “Programa de Jovem Aprendiz” e “Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Fechamos 2020 com 2.126 funcionários de forma efetiva no “Programa Home Office” (17,6% do total de colaboradores), além disso, durante a pandemia da Covid-19 a Companhia adotou medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto para uma parcela substancial de funcionários, com altos índices de favorabilidade e produtividade.

Em 2020 foi lançada a Nova Temporada Porto Seguro 2020-2025 (Integrando Clientes e Negócios), que traz o direcionamento estratégico para os próximos 5 anos. Além disso, apresentamos a nossa Essência em ser cada vez mais um Porto Seguro para nossos clientes, e novas competências que compõem o Jeito Porto. Realizamos a disseminação para 100% do quadro de líderes e colaboradores, trazendo clareza e transparência sobre os objetivos da organização a serem alcançados nos próximos anos. Para aumentar a compreensão e engajamento de todos, realizamos ao longo do ano, ações de sustentação/desenvolvimento.

Nesse atípico ano de 2020, devido a pandemia foram necessárias adequações internas, reforço e o cuidado com a saúde e segurança de nossos colaboradores. Mantemos ao longo do ano menos de 5,0% do quadro realizando trabalho presencial nas dependências da Porto Seguro, seguindo todos os protocolos de segurança da OMS.

Uma das ações para contribuir com a segurança e saúde dos colaboradores que continuaram atuando presencialmente foi a estruturação do Centro de Testagem para Covid-19 em nosso Edifício Rosa Garfinkel. Também elaboramos protocolos sanitários, como aferição de temperaturas na recepção de nossas unidades, disponibilização de máscaras, álcool em gel e distanciamento seguro, de modo a atender as orientações do Ministério da Saúde e OMS sobre os cuidados com a pandemia. Realizamos rondas periódicas para garantir a efetividade das ações implementadas e também elaboramos boletins informativos semanais sobre prevenção e cuidado para os colaboradores e seus familiares sobre Covid-19.

Em paralelo às ações preventivas, também implementamos o cuidado através de tele monitoramento de nossos colaboradores, além de manter nosso time de saúde e segurança atuando de forma presencial para atendimentos ocupacionais e assistenciais.

Em abril de 2020, realizamos a campanha de vacinação da gripe para 4500 colaboradores, de maneira descentralizada e em diversos pontos para garantir o distanciamento social e segurança de nossos colaboradores. Também vacinamos dependentes através de parceria com custos reduzidos para prevenir agravos à saúde desses também.

A área de Qualidade de Vida promoveu ações com foco na saúde, bem-estar e integração para os colaboradores. Durante o ano, foram mais de 47 mil participações em projetos diversos, como: corridas de rua, aulas de dança, pilates, muay thai, violão, gaita, academia, acupuntura, festival de música e gastronomia, entre outros. Em 2020, duas novas atividades foram oferecidas aos colaboradores de forma remota: aulas de Dança do Ventre e Ukulele.

Foram investidos R\$ 129 mil/mês em programas de treinamento para funcionários promovidos pelo RH, totalizando 1.281 horas/mês. Dentre os programas, destaca-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 10 mil horas/ano.

O índice de rotatividade, que mede a relação entre funcionários contratados e desligados, foi de 16,85%.

Aderimos ao movimento #NãoDemita, pois, para nós da Porto Seguro, este problema precisa ser encarado com firmeza e serenidade, norteado por nossos valores e a certeza de que só chegamos à posição de uma das maiores companhias do setor foi graças ao nosso principal ativo: as pessoas.

No processo de transição de carreira, que apoia e prepara os funcionários para a aposentadoria, temos 122 funcionários elegíveis e 82% de comparecimento nas ações realizadas.

Foram realizados desenvolvimentos de sistemas visando melhorar a experiência do usuário para acesso às informações referente a gestão de pessoas, com foco em simplicidade, integração e cliente no centro.

Lançamos o projeto “Meu Porto Seguro”, que ofereceu 10 mil vagas para um programa de capacitação via EAD, e uma renda extra mensal no valor de R\$ 1.500,00 por pessoa, durante três meses. A iniciativa de impacto social teve o objetivo de gerar renda extra para as pessoas que perderam seus empregos devido à pandemia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

Os seguintes projetos sociais e ambientais se destacam:

Educação socioambiental

- Realizadas 44 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, sustentabilidade, mudanças climáticas, resíduos, entre outras. No total, tivemos 1.721 participações dos funcionários.
- Realização da primeira Maratona da Sustentabilidade da Porto Seguro, da qual 34 Agentes Socioambientais participaram, construindo soluções para desafios reais de sustentabilidade da Porto Seguro. Ao final, a ideia vencedora de reformular a tradicional Campanha de Natal para o ambiente online, foi implantada na Porto Seguro. A Maratona contou também com 120 horas de formação técnica aos participantes e 406 funcionários presentes na apresentação final das ideias.
- Realização da Semana do Consumo Consciente, com palestras e oficinas para aos funcionários teve como tema central “Consumo Consciente em Casa”. O momento atual foi uma oportunidade para levarmos práticas mais sustentáveis para o dia a dia dos funcionários e suas famílias. O evento totalizou 480 participações e 223 visualizações no YouTube pós evento.

Ecoeficiência

- Iniciativas de redução do consumo de energia, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, instalação de placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2020 todas essas iniciativas, somadas à redução do consumo nos prédios em função da pandemia, garantiram economia de energia de 12.119.899 kwh, o que equivale a R\$ 7.399 milhões.
- Iniciativas de redução do consumo de água, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, água de reuso, sistema dual flush, descargas a vácuo. Em 2020, essas iniciativas representaram economia de 56.672.929 litros de água, o equivalente a R\$ 1.063 milhão.
- 31% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem e finalizamos 2020 com uma eficiência de descarte de 69%.

Projetos sociais

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem como estratégia promover diversas formas de atuação voluntária, seja individual ou coletiva, dentro ou fora do horário de expediente, com crianças, adultos ou idosos. Em 2020, foram ofertadas aos funcionários 890 vagas voluntárias em 57 ações diferentes, envolvendo crianças, idosos, animais e o bairro. O destaque foi o lançamento de 20% das vagas do Porto Voluntário em ações online, permitindo assim, a atuação do funcionário mesmo em casa.

Doações que contemplam todos os projetos que incluem recebimento de donativos, como Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2020, por conta da pandemia, a Porto Seguro organizou diversas campanhas na arrecadação para compra de alimentos, livros e kits de Natal. Foram realizadas 98 campanhas, totalizando a doação de 298.802 itens, para 133 instituições em todo Brasil.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos socioambientais e culturais da região e ampliar as atividades que inspiram e envolvem os públicos com as quais a Porto Seguro se relaciona, oferecendo mais de 10 tipos de cursos profissionalizantes. Em 2020, 605 alunos foram formados e 53% de alunos foram empregados por meio dos cursos de capacitação profissional.

A **Associação Crescer Sempre** se propõe a suprir a demanda de educação e capacitação profissional da comunidade de Paraisópolis realizando o atendimento a crianças em idade pré-escolar e ensino médio. Oferece cursos profissionalizantes com foco em trabalho e geração de renda. Em 2020, foram atendidas 325 crianças na educação infantil e 59 adolescentes formados no ensino médio.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2020 será lembrado por décadas em função da pandemia da Covid-19, que gerou imensa perda de vidas e um impacto econômico igualmente severo. A contração do PIB global no ano só não foi maior pois governos e bancos centrais ao redor do mundo lançaram mão de um conjunto de estímulos fiscais e monetários sem paralelo na história.

O ano termina, porém, com perspectivas promissoras no que diz respeito à disponibilidade de vacinas. Além do desenvolvimento em tempo recorde, algumas delas, cujos testes clínicos já foram concluídos, apontam para uma eficácia bastante elevada, o que sugere uma gradual retomada da normalidade econômica ao longo do primeiro semestre de 2021, à medida em que o processo de imunização avance.

Domesticamente, os efeitos econômicos da pandemia também foram bastante mitigados por uma importante redução da taxa básica de juros, a Selic, e principalmente, por um expressivo programa de transferência de renda para as camadas mais vulneráveis da população. O chamado *auxílio emergencial* contribuiu inegavelmente para a preservação de um patamar robusto do consumo de bens ao longo do ano.

Entretanto, o custo fiscal desse e de outros programas lançados ao longo de 2020 foi muito grande, um dos maiores entre o grupo dos países emergentes. Essa forte elevação do gasto público acentuou ainda mais a já frágil condição fiscal brasileira, que por sua vez pressionou a taxa de câmbio e contribuiu para a alta da inflação ao longo do segundo semestre de 2020.

Para 2021, espera-se que a vacinação da população ao longo da primeira metade do ano permita uma retomada da atividade em geral, e em particular do setor de serviços, o mais fortemente impactado pela pandemia.

Diante dessa perspectiva, espera-se o avanço da necessária e urgente agenda de ajuste fiscal em 2021, ao mesmo tempo em que a melhora da atividade deve levar o Copom a iniciar o ciclo de normalização da política monetária ainda na primeira metade do ano, reduzindo o grau atual de estímulo monetário.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Instrução CVM nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2020, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2021

A Administração

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante		2.134.804	1.790.847	25.135.042	22.783.780
Caixa e equivalentes de caixa	7	146.714	214.389	915.881	893.263
Instrumentos financeiros					
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.1.1	1.928.737	1.503.097	9.564.448	8.619.251
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	-	685.511
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	7.192.576	5.900.861
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	4.608.343	3.994.251
Recebíveis de prestação de serviços		-	-	70.304	63.409
Ativos de resseguro	20.3	-	-	179.764	114.450
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	30.403	42.288	130.025	155.308
Bens à venda	12	-	-	107.899	178.690
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	1.924.421	1.815.191
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	7.440
Outros ativos	15	28.950	31.073	441.381	356.155
Não circulante		7.523.456	7.103.920	11.595.160	9.927.519
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros					
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.1.1	-	-	1.587	1.552
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	4.472.292	2.120.610
Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado	8.2	-	-	1.168.205	2.514.697
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	976.168	680.789
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	152.449	4.275
Ativos de resseguro	20.3	-	-	6.718	4.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	-	-	333.053	264.930
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	-	-	2.295	2.281
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	73.837	47.625
Outros ativos	15	144	176	358.512	434.204
Investimentos					
Propriedades imobiliárias de investimento		93.004	87.291	139.695	132.478
Investimento em controladas	16	7.429.730	7.016.453	-	-
Imobilizado	17	578	-	1.650.505	1.564.446
Intangível	18	-	-	2.156.123	2.036.648
Ativo de direito de uso	19	-	-	103.721	118.957
TOTAL DO ATIVO		9.658.260	8.894.767	36.730.202	32.711.299

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante		423.091	351.906	20.806.607	18.000.704
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	9.568.600	9.058.721
Débitos de operações de seguro e resseguro	21	-	-	502.154	398.365
Passivos financeiros	22	-	-	8.915.922	6.861.875
Impostos e contribuições a recolher	11.2	2.399	1.950	536.800	543.892
Dividendos e JCP a pagar	16.2	398.739	322.669	406.111	328.555
Instrumentos financeiros derivativos	14	143	806	143	4.072
Passivo de arrendamento	24	-	-	20.227	19.953
Outros passivos	25	21.810	26.481	856.650	785.271
Não circulante		268.167	273.216	6.956.465	6.440.811
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	6.110.483	5.577.061
Passivos financeiros	22	-	-	262.484	238.716
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	268.167	273.216	284.526	292.139
Impostos e contribuições a recolher	11.2	-	-	10.405	286
Passivo de arrendamento	24	-	-	115.339	124.145
Outros passivos	25	-	-	58.291	64.257
Provisões judiciais	23	-	-	114.937	144.207
Patrimônio líquido		8.967.002	8.269.645	8.967.130	8.269.784
Capital social	26 a	4.500.000	4.000.000	4.500.000	4.000.000
Reservas de lucros		3.928.950	3.773.745	3.928.950	3.773.745
(-) Ações em tesouraria	26 b	(160.061)	(19.788)	(160.061)	(19.788)
Reservas de lucros - demais	26 c	4.089.011	3.793.533	4.089.011	3.793.533
Dividendos adicionais propostos	26 d	443.298	361.418	443.298	361.418
Outros resultados abrangentes		94.754	134.482	94.754	134.482
Participação dos acionistas não controladores		-	-	128	139
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.658.260	8.894.767	36.730.202	32.711.299

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	27	-	-	15.804.951	15.470.367
(-) Prêmios de resseguros cedidos	27	-	-	(159.532)	(114.540)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	27	-	-	15.645.419	15.355.827
Receitas de operações de crédito	28	-	-	1.638.920	1.472.651
Receitas de prestação de serviços	29	-	-	1.134.405	1.029.215
Contribuições de planos de previdência		-	-	151.358	173.492
Receita com títulos de capitalização		-	-	49.858	45.731
Outras receitas operacionais	30	6.291	1.675	186.963	185.108
Equivalência patrimonial	16	1.648.501	1.248.400	-	-
Total das receitas		1.654.792	1.250.075	18.806.923	18.262.024
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		-	-	(670.142)	(449.145)
Variação das provisões técnicas - previdência		-	-	(115.700)	(189.863)
(=) Total de variação das provisões técnicas	31	-	-	(785.842)	(639.008)
Sinistros retidos bruto	32	-	-	(8.221.391)	(9.113.123)
(-) Recuperações de resseguradoras	32	-	-	137.204	54.981
(-) Recuperações de salvados e ressarcimentos		-	-	976.035	1.160.918
Benefícios de planos de previdência		-	-	(13.110)	(28.142)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		-	-	(7.121.262)	(7.925.366)
Custos de aquisição - seguros	33	-	-	(3.475.487)	(3.347.224)
Custos de aquisição - outros		-	-	(276.194)	(179.572)
Despesas administrativas	34	(18.594)	(25.171)	(3.158.869)	(3.083.146)
Despesas com tributos	35	(23.122)	(26.897)	(635.720)	(568.879)
Custos dos serviços prestados		-	-	(168.365)	(197.658)
Outras despesas operacionais	36	(12.621)	(11.526)	(1.501.028)	(1.333.217)
Total das despesas		(54.337)	(63.594)	(17.122.767)	(17.274.070)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.600.455	1.186.481	1.684.156	987.954
Receitas financeiras	37	274.116	218.656	1.899.844	1.739.309
Despesas financeiras	38	(191.429)	(31.103)	(978.772)	(700.207)
		82.687	187.553	921.072	1.039.102
Lucro operacional		1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Imposto de renda e contribuição social	11.4	5.049	5.049	(917.012)	(647.947)
Corrente		-	-	(992.748)	(622.218)
Diferido		5.049	5.049	75.736	(25.729)
Lucro líquido do exercício		1.688.191	1.379.083	1.688.216	1.379.109
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.688.191	1.379.083	1.688.191	1.379.083
- Acionistas não controladores em controladas		-	-	25	26
Lucro por ação:					
- Básico	40	5,23992	4,26851	5,23999	4,26859
- Diluído	40	5,23992	4,26851	5,23999	4,26859

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício	1.688.191	1.379.083	1.688.216	1.379.109
Outros resultados abrangentes	(39.728)	43.626	(39.728)	43.626
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(85.200)	73.680	(85.200)	73.680
Efeitos tributários	34.080	(29.472)	34.080	(29.472)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	2.205	(3.284)	2.205	(3.284)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	9.187	2.702	9.187	2.702
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.648.463	1.422.709	1.648.488	1.422.735
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.648.463	1.422.709	1.648.463	1.422.709
- Acionistas não controladores em controladas	-	-	25	26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais)

Nota explicativa	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros-demaís	Lucros acumulados					
Saldo final em 31 de dezembro 2018	4.000.000	-	3.209.333	-	343.055	90.856	7.643.244	477	7.643.721
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	-	-	-	-	(343.055)	-	(343.055)	-	(343.055)
Aquisição de ações de própria emissão	-	(20.154)	-	-	-	-	(20.154)	-	(20.154)
Adoção inicial IFRS 16 e IFRIC 23	-	-	(60.471)	-	-	-	(60.471)	-	(60.471)
Ajuste de política contábil - comissão Porto Consórcio	-	-	18.041	-	-	-	18.041	-	18.041
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	-	-	2.297	-	-	-	2.297	-	2.297
Ações outorgadas - controladas	-	366	(366)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	44.208	44.208	-	44.208
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	(3.284)	(3.284)	-	(3.284)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	2.702	2.702	-	2.702
Redução de participações de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(364)	(364)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.379.083	-	-	1.379.083	26	1.379.109
Destinações:									
Reserva legal	-	-	68.954	(68.954)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	555.745	(555.745)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:									
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	-	-	-	(392.966)	-	-	(392.966)	-	(392.966)
Dividendos/JCP adicionais propostos	-	-	-	(361.418)	361.418	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2019	4.000.000	(19.788)	3.793.533	-	361.418	134.482	8.269.645	139	8.269.784
Aumento de capital	26 a	500.000	-	(500.000)	-	-	-	-	-
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	-	-	-	(361.418)	-	(361.418)	-	(361.418)
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	-	(141.196)	-	-	-	(141.196)	-	(141.196)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	-	-	6.306	-	-	6.306	-	6.306
Ações outorgadas - controladas	26 b / e	-	923	(923)	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	(51.120)	(51.120)	-	(51.120)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	2.205	2.205	-	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	9.187	9.187	-	9.187
Redução de participações de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.688.191	-	-	1.688.191	25	1.688.216
Destinações:									
Reserva legal	-	-	84.410	(84.410)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	705.685	(705.685)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:									
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	-	-	(454.798)	-	-	(454.798)	-	(454.798)
Dividendos adicionais propostos	26 d	-	-	(443.298)	443.298	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2020	4.500.000	(160.061)	4.089.011	-	443.298	94.754	8.967.002	128	8.967.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais)

	Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Caixa líquido atividades operacionais	1.438.758	1.233.451
Caixa gerado nas operações	1.931.245	1.628.298
Lucro líquido do exercício	1.688.216	1.379.109
Depreciações - imobilizado	103.367	119.327
Amortizações	124.519	118.032
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Resultado na venda de imobilizado	15.143	11.830
Variações nos ativos e passivos	209.823	50.612
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	(945.232)	1.426.097
Instrumentos financeiros - demais categorias	(319.679)	(1.471.516)
Prêmios a receber de segurados	(762.266)	(368.680)
Empréstimos e financiamentos	(1.587.094)	(1.068.277)
Ativos de resseguro	(68.005)	(13.739)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(75.736)	25.729
Impostos e contribuições a recuperar	25.310	1.989
Bens à venda	70.791	(5.798)
Custos de aquisição diferidos	(135.442)	(182.085)
Outros ativos	(14.701)	(169.841)
Operações de arrendamentos	6.704	25.141
Passivos de contratos de seguro e de previdência complementar	1.043.301	233.140
Débitos de operações de seguros e resseguros	103.789	47.012
Passivos financeiros	2.214.681	1.066.974
Instrumentos financeiros derivativos	13.630	932
Impostos e contribuições a recolher	655.411	576.123
Provisões	(29.270)	56.815
Outros passivos	13.631	(129.404)
Outros	(702.310)	(445.459)
Outros resultados abrangentes	(39.729)	43.626
Participação dos acionistas não controladores	(36)	(364)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(662.545)	(488.721)
Caixa líquido atividades de investimento	(448.563)	(316.032)
Alienação de imobilizado e intangível	191.396	147.236
Aquisição de imobilizado	(369.737)	(282.736)
Dividendos e JCP recebidos	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-
Aquisição de intangível	(270.222)	(180.532)
Caixa líquido atividades de financiamento	(967.577)	(793.628)
Recompras - Ações em tesouraria	(141.196)	(19.788)
Juros sobre captação de recursos pagos	(136.866)	(118.530)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(689.515)	(655.310)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	22.618	123.791
Saldo inicial de caixa e equivalentes	893.263	769.472
Saldo final de caixa e equivalentes	915.881	893.263

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Receitas	6.291	1.675	18.836.269	18.453.371
Receitas com prêmios emitidos	-	-	15.804.951	15.470.367
Receitas com operações de crédito	-	-	1.638.920	1.472.651
Prestação de serviços	-	-	1.186.119	1.078.030
Receitas com operações de previdência complementar	-	-	151.358	173.492
Outras	6.291	1.675	210.673	296.745
Provisão para perda de crédito - constituição	-	-	(155.752)	(37.914)
Variações das provisões técnicas	-	-	(785.842)	(639.008)
Operações de seguros	-	-	(670.142)	(449.145)
Operações de previdência	-	-	(115.700)	(189.863)
Receita líquida operacional	6.291	1.675	18.050.427	17.814.363
Benefícios e sinistros	-	-	(7.138.248)	(7.921.012)
Sinistros líquidos	-	-	(7.108.152)	(7.897.224)
Despesas com benefícios	-	-	(13.110)	(28.142)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	-	-	(16.986)	4.354
Insumos adquiridos de terceiros	(3.329)	(1.275)	(6.428.118)	(6.257.628)
Materiais, energia e outros	(2.030)	670	(1.590.156)	(1.896.959)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/ vendidos)	-	-	(168.365)	(197.658)
Serviços de terceiros e comissões	(1.299)	(935)	(4.761.129)	(4.236.728)
Variação das despesas de comercialização diferidas	-	-	88.911	67.720
(Perda)/recuperação de valores ativos	-	(1.010)	2.621	5.997
Valor adicionado bruto	2.962	400	4.484.061	3.635.723
Depreciação e amortização	(12.622)	(12.622)	(227.886)	(237.359)
Valor adicionado líquido produzido	(9.660)	(12.222)	4.256.175	3.398.364
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	1.733.195	1.440.476	937.270	1.136.787
Receitas financeiras	274.116	218.656	1.899.844	1.739.309
Resultado de equivalência patrimonial	1.648.501	1.248.400	-	-
Outras	(189.422)	(26.580)	(962.574)	(602.522)
Valor adicionado total a distribuir	1.723.535	1.428.254	5.193.445	4.535.151
Distribuição do valor adicionado	1.723.535	1.428.254	5.193.445	4.535.151
Pessoal	14.460	22.250	1.668.274	1.617.835
Remuneração direta	3.906	2.750	978.712	938.048
Benefícios	10.554	19.500	621.473	614.250
F.G.T.S	-	-	68.089	65.537
Impostos, taxas e contribuições	18.877	22.399	1.829.090	1.498.037
Federais	18.877	22.399	1.758.160	1.429.078
Estaduais	-	-	665	4.492
Municipais	-	-	70.265	64.467
Remuneração de capitais de terceiros	2.007	4.522	7.865	40.170
Juros	2.007	4.522	13.743	59.345
Aluguéis	-	-	(5.878)	(19.175)
Remuneração de capitais próprios	1.688.191	1.379.083	1.688.216	1.379.109
Juros sobre o capital próprio	372.382	436.638	372.382	436.638
Dividendos	525.714	317.745	525.714	317.745
Lucros retidos do exercício	790.095	624.700	790.095	624.700
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	25	26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro S.A. (“Controladora”) é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. “Porto Seguro” ou “Companhia”), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

- **Seguros, previdência complementar e capitalização:**
 - (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia”), opera seguros de danos e de pessoas.
 - (ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Porto Vida e Previdência”), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
 - (iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. (“Porto Seguro Uruguai”), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
 - (iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro saúde.
 - (v) Azul Companhia de Seguros Gerais (“Azul Seguros”), opera seguros de danos e de pessoas.
 - (vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Itaú Auto e Residência”), opera seguros de danos.
 - (vii) Porto Seguro Capitalização S.A. (“Porto Capitalização”), administra e comercializa títulos de capitalização.
- **Financeiras e consórcio:**
 - (viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
 - (ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
 - (x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
- **Serviços e comércio:**
 - (xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (“Proteção e Monitoramento”), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

- (xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. (“Renova”), comercializa e distribui peças automotivas.
- (xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. (“Renova Peças Novas”), comercializa e distribui peças automotivas novas.
- (xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. (“Crediporto”), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
- (xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. (“Franco”), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
- (xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (“Serviços Médicos”), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- (xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. (“Portomed”), opera planos privados de assistência à saúde.
- (xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (“Porto Odonto”), operará planos privados de assistência odontológica.
- (xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços e Comércio”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
- (xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. (“Porto Atendimento”), presta serviços de “telemarketing” e atendimento em geral.
- (xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. (“Porto Conecta”), presta serviços de telecomunicações.
- (xxii) Porto Servicios S.A. (“Porto Serviços Uruguai”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
- (xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (“Porto Seguro Saúde Ocupacional”), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
- (xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. (“Porto Investimentos”), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
- (xxv) Porto Seguro Locadora de Veículos Ltda. (“Porto Locadora”), tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos.
- (xxvi) Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. (“Health For Pet” ou “H4P”), administra e oferece planos de saúde para animais domésticos, além de serviços e acessórios veterinários em geral.

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa 16.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES

1.1.1 COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Porto Seguro S.A. segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de Covid-19.

Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2020 por segmento de atuação:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 9.716,0 milhões, redução de R\$ 120,2 milhões ou 1,2% sobre os R\$ 9.836,2 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 46,9%, uma redução de 9,2 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar de um primeiro semestre com reduções nas emissões por conta da pandemia da Covid-19, o seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos no segundo semestre de 2020, em razão de iniciativas relacionadas à proteção da carteira e da recuperação nas vendas de seguros novos, de ações adotadas para aumentar as cotações e a conversão de vendas. Na sinistralidade, a melhora deve-se principalmente ao baixo volume de circulação de veículos em grande parte do território nacional, em função do isolamento social.

Nas operações de Saúde, os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 1.884,6 milhões, aumento de R\$ 215,4 milhões ou 12,9% sobre os R\$ 1.669,2 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 72,0%, uma redução de 3,6 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que algumas cirurgias eletivas foram canceladas neste período de pandemia, podendo ser retomadas em períodos subsequentes.

No segmento Vida (Pessoas), os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 928,5 milhões, aumento de R\$ 24,2 milhões ou 2,7% sobre os R\$ 904,3 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 37,7%, aumento de 7,1 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos relacionados e diagnosticados ao Covid-19 neste segmento.

No segmento Fiança, os prêmios emitidos permaneceram estáveis, em comparação ao ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 52,9%, aumento de 24,8 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior.

Negócios financeiros e serviços:

A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 24,4% no ano, em comparação com 2019. Adicionalmente, no ano de 2020, observamos uma degradação dos indicadores de inadimplência e por consequência, de forma a suportar o crescimento do risco de crédito, houve aumento de 27,8% nas

provisões de perdas calculadas através de modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas.

Resultado financeiro:

O resultado financeiro sofreu oscilações ao longo do ano e encerrou o exercício com um resultado de R\$ 921,1 milhões, queda de 11,4% quando comparado com 2019. Essa redução no resultado financeiro também é reflexo da queda da taxa básica de juros ao longo de 2020.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento do ano oscilações significativas em termos de resultado e saldos patrimoniais.

Cabe destacar que subsequentemente à data base, a Companhia continua monitorando diariamente os reflexos e impactos nos negócios relacionados ao Covid-19 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras, os movimentos observados nas operações de seguros, negócios financeiros e serviços são semelhantes ao reportado acima.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, iniciativa que tem por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020, sendo contratado mais de 9 mil profissionais até dezembro de 2020.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Companhia e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e melhor posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

1.1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES GERAIS

Destacamos para o exercício de 2020, a conclusão em agosto de 2020, do cronograma de migração dos clientes de alarmes e videomonitoramento da Porto Seguro Proteção e Monitoramento para a ADT Serviços de Monitoramento Ltda (ADT), aprovada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 29 de janeiro de 2020. Esta operação de transferência de carteira resultou em uma receita bruta total no montante de R\$ 60.740 no exercício de 2020.

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o “run-off” de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro em 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2020 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal, exceto para a operação da Porto Conecta, que após o compromisso firmado com a TIM Celular S.A. em 2018, as atividades nesse segmento foram encerradas.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

2.1.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

- IFRS 17 – Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“BBA – Business Block Approach”); (ii) modelo de taxa variável (“VFA – Variable Fee Approach”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“PPA - Premium Allocation Approach”). Os modelos “i” e “ii” são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo “iii” é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS**(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9 / CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os

juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 -

Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em “Resultado financeiro”), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada de forma líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou

“impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no

valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

2.10 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência”, registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método “Relief from Royalties”.

Anualmente, o ágio e o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência” são testados com o intuito de avaliar a necessidade de “impairment”. Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

Para o período corrente, não foi identificada necessidade de provisionamento. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMÓBILIARIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO – CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela

destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

- (b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
- (d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.
- (e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
- (f)** A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.
- (g)** A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
- (h)** A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é apurada considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-EMS, em sua versão mais atualizada, adicionada de uma premissa de expectativa de aumento na longevidade, sendo os fluxos futuros

descontados pela estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

- (i) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
- (j) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro),

opções de taxas de juros garantidas (índice de inflação-Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M) ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração desse índice para produtos tradicionais e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.
- (b)** As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).
- (c)** A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pro rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 – vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudança de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR, IBNR e PCC também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidados de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 15.679.083.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão

incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 29.821.922 para os quais existem R\$ 699.669 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 114.937, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 659.085.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e conseqüente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de

riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem a Porto Seguro. Neste sentido destaca-se a revisão e aprovação anual da Política Corporativa de Gestão de Riscos, zelo pelo cumprimento das demais políticas de riscos e prover recomendações relacionadas ao apetite e limites de exposição por tipos de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do Covid-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2020, 73,9% (80,3% em 31 de dezembro de 2019) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA” e “A” de créditos privados.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Risco soberano - Brasil	73,9%	80,3%
Instituições financeiras	2,5%	2,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,4%	1,2%
Outros	22,2%	15,9%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impared”). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2020, 98,0% (99,1% em 31 de dezembro de 2019) referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Não vencidos	4.584.772	3.871.787
Vencidos de 1 a 30	156.998	96.463
Vencidos de 31 a 60	34.183	24.875
Vencidos de 61 a 90	8.994	8.181
Vencidos de 91 a 180	8.147	15.569
Vencidos acima de 180	9.858	7.649
Provisão para risco de crédito	(42.160)	(25.998)
	<u>4.760.792</u>	<u>3.998.526</u>
Circulante	4.608.343	3.994.251
Não circulante	152.449	4.275

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por

dias de atraso; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por “aging”:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
A vencer		
Até 30 dias	5.600.758	4.534.400
De 31 a 60 dias	8.471	8.070
Mais de 60 dias	1.015	1.151
Vencidos		
De 1 a 30	2.328.295	1.868.383
De 31 a 60	105.879	105.256
De 61 a 90	117.895	86.948
De 91 a 180	264.832	202.747
Acima de 180	383.670	277.176
Provisão para risco de crédito	(642.071)	(502.481)
	<u>8.168.744</u>	<u>6.581.650</u>
Garantias vinculadas às operações de crédito	1.798.485	1.272.758
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	85,3%	80,9%
Pessoas jurídicas	14,7%	19,1%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como “impaired” (deteriorados).

- (d) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 58.515 (R\$ 20.384 em 31 de dezembro de 2019).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	1.702.345	23.391	1.812.441	24.900
Fluxo de 1 a 30 dias	8.505.762	3.057.660	7.634.546	2.652.863
Fluxo de 2 a 6 meses	3.340.806	6.200.983	2.882.934	5.291.617
Fluxo de 7 a 12 meses	1.194.935	4.094.653	1.709.901	3.375.032
Fluxo acima de 1 ano	13.268.929	13.585.850	11.908.318	13.581.856
Total	28.012.777	26.962.536	25.948.139	24.926.268

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros, R\$ 5.314.586 (R\$ 5.513.154 em dezembro de 2019) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Inflação (IPCA/IGPM)	45,6%	42,0%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	37,3%	40,8%
Prefixados	8,4%	11,9%
Ações	5,4%	3,8%
Outros	3,3%	1,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos

originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2020, nos termos das Instrução CVM nº 475/08:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+ 50 b.p.	(509.284)
	+ 25 b.p.	(273.509)
	+ 10 b.p.	(114.470)
	- 10 b.p.	114.470
	- 25 b.p.	273.509
	- 50 b.p.	509.284
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(7.241)
	+ 25 b.p.	(3.704)
	+ 10 b.p.	(1.498)
	- 10 b.p.	1.498
	- 25 b.p.	3.704
	- 50 b.p.	7.241
Ações	± 34%	242.599
	± 17%	121.300
	± 9%	60.650
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	17.549
	± 25 b.p.	14.683
	± 10 b.p.	11.746

(*) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

- (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
- (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

Os resultados dos fluxos de pagamento futuros são sensíveis à oscilação das taxas de juros utilizadas como taxa de desconto, a ETTJ divulgada pela SUSEP. A seguir, são apresentados os efeitos das taxas de desconto e sua variação sobre os passivos de previdência em 31 de dezembro de 2020, considerando os resultados do LAT:

Aumento de 2,5% na taxa	2.794
Aumento de 3,0% na taxa	3.346
Aumento de 3,5% na taxa	3.896
Aumento de 4,0% na taxa	4.444
Aumento de 4,5% na taxa	4.990
Aumento de 5,0% na taxa	5.534

- (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
- (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Região Sudeste	64,8%	67,8%
Região Sul	14,6%	12,2%
Região Nordeste	10,3%	10,4%
Região Centro-Oeste	6,0%	6,1%
Uruguai	1,9%	2,2%
Região Norte	2,4%	1,4%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro	Dezembro
	de 2020	de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(364.128)	(868.601)
Sinistros - aumento de 50,0%	(59.879)	(813.997)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,3%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

	Dezembro de 2019			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	57,7%	14,4%	6,8%	21,0%
Fiança locatícia	65,7%	3,7%	12,8%	17,8%
Residencial	62,6%	11,8%	16,7%	8,9%
Empresarial	54,9%	8,7%	12,6%	23,7%
Outros riscos	60,8%	6,6%	10,3%	22,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro	Dezembro
	de 2020	de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(81.854)	(12.555)
Sinistros - aumento de 50,0%	103.910	119.242

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(7.653)	(8.160)
Sinistros - aumento de 50,0%	(8.227)	(7.295)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva**

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

- **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar**

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

- **Plano de previdência complementar tradicional**

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 6.673 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 810.271. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (“Asset Liability Management” - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

- Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(1.730)	25.978
Sinistros - aumento de 50,0%	46.618	82.113

- Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(120)	(117)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	5.534	(4.660)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as

oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS, BACEN e BCU (Banco Central do Uruguai). Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

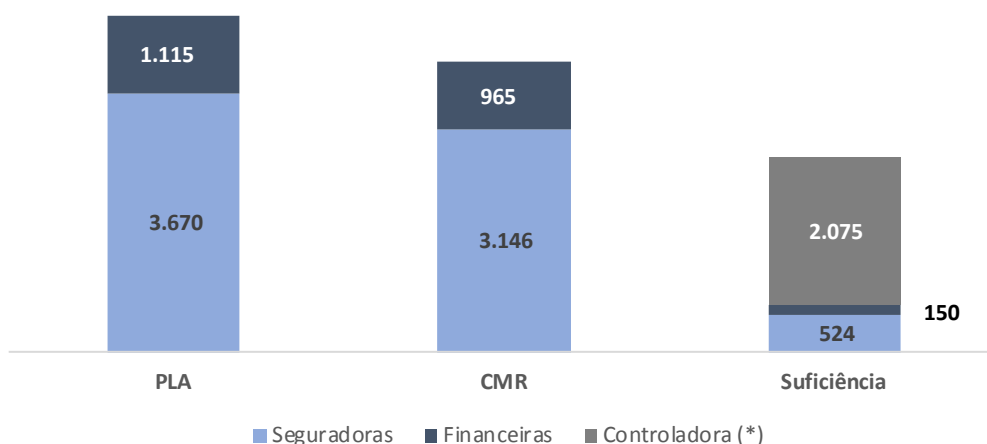
Seguros	
Capital de risco de subscrição	2.318.451
Capital de risco de crédito	128.859
Capital de risco de mercado	534.580
Capital de risco operacional	92.205
Benefício da diversificação de riscos	(346.337)
Capital requerido - seguros (i)	<u>2.727.758</u>
Capital requerido - financeiras (ii)	<u>965.210</u>
Margem de solvência (iii)	<u>417.993</u>

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no “Conglomerado Prudencial” da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2020 (em R\$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para a ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2020 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	<u>Impacto</u>
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,8%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	21,8%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	11,3%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	4,7%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	25,2%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	2,6%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	<u>Índice de Basileia</u>
Inadimplência atual	10,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	9,4%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	6,8%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) e DPVAT emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2020, 98,0% (98,1% em 31 de dezembro de 2019) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	9.716.048	1.888.766	1.196.768	3.003.369	-	-	15.804.951	15.470.367
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(70.511)	(230)	(312.561)	(446.372)	-	-	(829.674)	(563.685)
Prêmio ganho	9.645.537	1.888.536	884.207	2.556.997	-	-	14.975.277	14.906.682
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	1.638.920	-	1.638.920	1.476.427
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	480.355	654.050	1.134.405	1.029.215
Contribuição de plano de previdência	-	-	151.358	-	-	-	151.358	173.492
Receita com títulos de capitalização	-	-	-	-	-	49.858	49.858	45.731
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(4.520.139)	(1.361.874)	(346.459)	(892.790)	-	-	(7.121.262)	(7.925.366)
Custos de aquisição	(2.177.273)	(165.408)	(313.075)	(827.088)	(189.565)	(79.272)	(3.751.681)	(3.521.731)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(168.365)	(168.365)	(197.658)
Variação das provisões técnicas de previdência	-	-	(115.700)	-	-	-	(115.700)	(189.863)
Outras receitas/(despesas)	(1.842.125)	(237.343)	(208.798)	(837.996)	(1.548.729)	(433.663)	(5.108.654)	(4.808.975)
Resultado operacional	1.106.000	123.911	51.533	(877)	380.981	22.608	1.684.156	987.954
Resultado financeiro	140.012	55.430	(34.451)	618.258	37.012	104.811	921.072	1.039.102
Resultado antes dos impostos	1.246.012	179.341	17.082	617.381	417.993	127.419	2.605.228	2.027.056
Imposto de renda e contribuição social	(481.887)	(69.708)	(17.695)	(176.756)	(140.032)	(30.934)	(917.012)	(647.947)
Lucro líquido - Dezembro de 2020	764.125	109.633	(613)	440.625	277.961	96.485	1.688.216	1.379.109
Lucro líquido - Dezembro de 2019	435.970	73.191	85.055	354.916	313.299	116.678		
Ativos e passivos							Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ativos relacionados aos segmentos	10.154.794	625.602	5.137.560	3.398.335	9.202.943	1.542.483	30.061.717	26.483.790
Ativo imobilizado e intangível (ii)	135.667	-	-	292.437	-	2.861.123	3.289.227	2.979.972
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	-	-	236.898	-	28.322	375.122	375.122
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	-	-	168.042	-	-	246.000	246.000
Demais ativos (iv)	-	-	-	-	-	2.758.136	2.758.136	2.626.415
	10.478.321	625.602	5.137.560	4.095.712	9.202.943	7.190.064	36.730.202	32.711.299
Passivos relacionados aos segmentos	7.349.383	523.780	5.733.955	2.071.965	7.962.444	1.660.702	25.302.229	22.338.995
Demais passivos	-	-	-	-	-	2.460.843	2.460.843	2.102.520
	7.349.383	523.780	5.733.955	2.071.965	7.962.444	4.121.545	27.763.072	24.441.515

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos” referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos”, referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento “Outros” refere-se àquele originado da aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e da H4P.

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Equivalentes de caixa (*)	145.678	213.995	576.305	721.326
Depósitos bancários	1.036	394	339.576	171.937
	146.714	214.389	915.881	893.263

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
					Total consolidado	Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	-	787.232	140.371	-	927.603	772.491
Cotas de fundos de investimentos	35.301	182.759	-	281.251	499.311	148.006
Outras aplicações	29	1.587	-	-	1.616	1.828
	35.330	971.578	140.371	281.251	1.428.530	922.325
Fundos exclusivos						
LFTs	654.346	1.122.048	2.190.894	258.868	4.226.156	3.872.407
NTNs - B	382.513	104.019	816.273	14.856	1.317.661	1.727.939
Debêntures	172.364	97.293	483.249	7.373	760.279	652.048
Cotas de fundos	330.657	159.302	205.560	32.927	728.446	538.407
Ações de companhias abertas	310.620	160.391	166.393	-	637.404	257.696
Letras financeiras - privadas	39.358	45.509	213.623	1.684	300.174	317.208
DI	-	-	-	61.060	61.060	-
NTNs - C	-	23.100	31.573	-	54.673	71.495
CDBs	3.549	1.055	46.897	151	51.652	57.972
LTNs	-	-	-	-	-	166.696
	1.893.407	1.712.717	4.154.462	376.919	8.137.505	7.661.868
Carteira própria						
LFTs	-	-	-	-	-	36.610
Total	1.928.737	2.684.295	4.294.833	658.170	9.566.035	8.620.803
Circulante	1.928.737				9.564.448	8.619.251
Não circulante	-				1.587	1.552

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Seguros	Previdência	Total consolidado	Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	3.866.536	-	3.866.536	1.754.838
NTNs - F	430.647	-	430.647	-
NTNs - C	-	175.109	175.109	365.772
LTNs	-	-	-	685.511
Total	4.297.183	175.109	4.472.292	2.806.121
Circulante			-	685.511
Não circulante			4.472.292	2.120.610

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em “Carteira própria” em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.335.269 (R\$ 2.583.898 em 31 de dezembro de 2019), gerando assim um ganho não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ 137.023 (R\$ 222.223 em 31 de dezembro de 2019), e um efeito de R\$ -85.200 (R\$ 73.680 em 31 de dezembro de 2019) na demonstração de resultado abrangente, brutos dos efeitos tributários.

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	5.598.491	2.539.015	8.137.506	7.661.870
Carteira própria	4.041.644	430.647	4.472.291	2.842.729
Fundos abertos	1.428.530	-	1.428.530	922.325
Total	11.068.665	2.969.662	14.038.327	11.426.924
Circulante			9.564.448	9.304.762
Não circulante			4.473.879	2.122.162

8.2 MENSURADO AO CUSTO AMORTIZADO

			Dezembro	Dezembro	
	Seguros	Previdência	de 2020	de 2019	
		Outras	Total	Total	
		atividades	consolidado	consolidado	
Fundos exclusivos (*)					
NTNs - C	-	715.022	-	715.022	591.746
NTNs - B	273.876	62.901	-	336.777	1.622.373
NTNs - F	-	-	116.094	116.094	220.026
LTN	-	-	-	-	77.106
	273.876	777.923	116.094	1.167.893	2.511.251
Outros investimentos					
Outros	-	-	312	312	3.446
	-	-	312	312	3.446
Total - não circulante	273.876	777.923	116.406	1.168.205	2.514.697

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.329.766 (R\$ 2.811.044 em 31 de dezembro de 2019).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro	Dezembro
	de 2020	de 2019
Saldo inicial	13.941.621	13.896.202
Aplicações	29.290.990	18.515.073
Resgates	(29.196.100)	(19.859.345)
Rendimentos líquidos	1.255.221	1.316.011
Ajuste a valor de mercado	(85.200)	73.680
Saldo final	15.206.532	13.941.621
Circulante	9.564.448	9.304.762
Não circulante	5.642.084	4.636.859

8.3.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	1,88	1,89	4,38	4,44
Fundos exclusivos				
LTNs	-	-	6,15	7,72
LFTs	0,10	0,07	0,02	0,02
NTNs B - IPCA +	1,29	2,47	4,64	4,00
NTNs C - IGPM +	-	6,25	-	6,21
NTNs F - PRÉ	-	7,57	-	8,18
Letras financeiras %CDI	121,73	152,74	109,44	110,34
Carteira própria				
LTNs	-	-	-	11,34
NTNs B - IPCA +	-	2,18	-	4,92
NTNs C - IGPM +	-	5,99	-	5,66
NTNs F - PRÉ	-	6,99	-	-

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	5.610.244	(44.278)	5.565.966	4.543.622	(34.614)	4.509.008
Financiamentos (ii)	1.815.817	(75.223)	1.740.594	1.278.720	(44.564)	1.234.156
Operações de cartão de crédito (iii)	1.137.629	(489.264)	648.365	1.022.420	(397.819)	624.601
Empréstimos	247.125	(33.306)	213.819	239.369	(25.484)	213.885
	8.810.815	(642.071)	8.168.744	7.084.131	(502.481)	6.581.650
Provisão sobre o total da carteira			7,29%			7,09%
Circulante			7.192.576			5.900.861
Não circulante			976.168			680.789

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Referem-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

(iii) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

As informações de vencimento dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas na nota explicativa nº 4.1 (c).

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	<u>Estágio 1</u>	<u>Estágio 2</u>	<u>Estágio 3</u>	<u>Total (*)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137.064	73.237	253.351	463.652
Novas entradas	352.916	256.157	250.391	859.464
Melhora de estágio	40.309	(25.934)	(14.375)	-
Piora de estágio	(66.373)	(112.666)	179.039	-
Liquidações (total ou parcial)	(341.342)	(142.854)	(336.439)	(820.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.574	47.940	331.967	502.481
Novas entradas	379.404	251.143	393.232	1.023.779
Melhora de estágio	10.068	(2.736)	(7.332)	-
Piora de estágio	(75.777)	(154.912)	230.689	-
Liquidações (total ou parcial)	(309.787)	(83.975)	(490.427)	(884.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.482	57.460	458.129	642.071

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R\$ 350.040 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 363.664 em 31 de dezembro de 2019).

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2020</u>			<u>Dezembro de 2019</u>		
	<u>Prêmios a receber de segurados</u>	<u>Provisão para riscos de créditos</u>	<u>Prêmios a receber - líquido</u>	<u>Prêmios a receber de segurados</u>	<u>Provisão para riscos de créditos</u>	<u>Prêmios a receber - líquido</u>
Automóvel	3.075.649	(7.935)	3.067.714	2.652.401	(4.515)	2.647.886
Ramos elementares	987.560	(9.568)	977.992	666.320	(3.430)	662.890
Vida	471.101	(5.932)	465.169	465.085	(5.921)	459.164
Saúde	143.163	(9.806)	133.357	132.039	(3.378)	128.661
Porto Seguro Uruguai	100.152	(7.830)	92.322	81.907	(7.347)	74.560
Transportes	25.327	(1.089)	24.238	26.772	(1.407)	25.365
	4.802.952	(42.160)	4.760.792	4.024.524	(25.998)	3.998.526
Circulante			4.608.343			3.994.251
Não circulante			152.449			4.275

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Saldo inicial	3.998.526	3.629.846
Prêmios emitidos	16.834.251	16.167.055
IOF	907.816	872.305
Adicional de fracionamento	176.393	252.503
Prêmios cancelados	(1.170.944)	(1.093.676)
Recebimentos	(15.969.088)	(15.830.422)
Provisão para riscos de crédito	(16.162)	915
Saldo final	<u>4.760.792</u>	<u>3.998.526</u>

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Saldo inicial	25.998	26.913
Constituições	76.487	23.311
Reversões	(56.825)	(18.240)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(3.500)	(5.986)
Saldo final	<u>42.160</u>	<u>25.998</u>

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta “Outras despesas operacionais” da Demonstração do Resultado.

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Imposto de renda	65.859	82.117
Contribuição social	22.263	35.974
PIS e COFINS	18.284	15.899
Impostos Uruguai	13.055	11.813
INSS	4.174	3.376
Outros	8.685	8.410
	<u>132.320</u>	<u>157.589</u>
Circulante	130.025	155.308
Não circulante	2.295	2.281

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
IOF sobre prêmios de seguros	285.585	234.648
PIS e COFINS	67.793	55.706
Contribuição social (ii)	49.316	67.535
Imposto de renda (ii)	41.258	89.474
INSS e FGTS	37.950	34.948
IRRF	29.893	24.510
ISS	11.001	9.182
Outros	24.409	28.175
	547.205	544.178
Circulante	536.800	543.892
Não circulante	10.405	286

(i) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(ii) Referem-se às provisões, líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2020
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	15.123	171.515	(177.311)	9.327
	15.123	171.515	(177.311)	9.327
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	172.949	115.334	(47.128)	241.155
Provisão para obrigações legais	159.862	3.145	(12.086)	150.921
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	84.888	36.562	(21.222)	100.228
Provisão de participação de lucros	68.856	83.937	(79.956)	72.837
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	18.476	8.004	(6.346)	20.134
Outras provisões	79.865	93.292	(99.347)	73.810
	584.896	340.274	(266.085)	659.085
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(335.089)	-	-	(335.359)
	264.930	-	-	333.053

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 PASSIVO

	Controladora					Consolidado	
	Dezembro de 2019	Reversão/realização	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão/realização	Dezembro de 2020
IR e CS sobre combinação de negócios (*)	274.691	(5.049)	269.642	275.603	28	(5.050)	270.581
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	99.226	99.736	(133.816)	65.146
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	-	4.102	51.875	212	(1.094)	50.993
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	-	-	-	33.365	11.366	(5.230)	39.501
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	-	-	-	36.023	-	(777)	35.246
Outros	8.102	-	8.102	10.127	5.012	-	15.139
	286.895	(5.049)	281.846	506.219	116.354	(145.967)	476.606
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	-	(13.679)	(214.080)	-	-	(192.080)
	273.216	-	268.167	292.139	-	-	284.526

(*) Vide nota explicativa nº 16.

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Montante</u>
Ano de realização:	
2021	494.836
2022	122.053
2023	24.996
2024	4.888
2025	9.495
2026 a 2028	7.254
Após 2028	4.890
Total - ativo	<u>668.412</u>
Valor presente (*)	<u>657.118</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

11.4 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Alíquota vigente (*)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(572.268)	(467.172)	(1.042.091)	(810.822)
Equivalência patrimonial	560.490	420.880	-	-
Dividendos e JCP	45.520	53.340	140.921	165.244
Incentivos fiscais	-	-	25.641	16.703
Participação nos lucros	-	(4.875)	(21.880)	(22.421)
Outros (**)	(28.693)	2.875	(19.603)	3.350
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	577.317	472.220	125.079	162.875
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	5.049	5.049	(917.012)	(647.947)
Taxa efetiva (D/-A)	-0,3%	-0,4%	35,2%	32,0%

(*) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro refere-se à taxa nominal vigente das seguradoras e financeiras da Porto Seguro, que correspondem às empresas que mais contribuem para o lucro líquido consolidado.

(**) Refere-se principalmente a provisão para perda sobre prejuízos fiscais.

12. BENS À VENDA – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Salvados (*)	136.493	189.548
Veículos desativados de locações	11.214	9.756
Veículos recuperados de financiamentos	2.739	4.947
Provisão para redução ao valor recuperável	(42.547)	(25.561)
	107.899	178.690

(i) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Automóvel	1.277.535	1.256.457
Patrimonial	382.918	324.158
Pessoas	111.212	109.951
Riscos financeiros	110.439	68.715
Saúde	78.229	72.890
Responsabilidades	8.989	7.125
Transportes	2.461	2.290
Outros	26.475	21.230
	<u>1.998.258</u>	<u>1.862.816</u>
Circulante	1.924.421	1.815.191
Não circulante	73.837	47.625

O prazo médio de diferimento da DAC é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 2019.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DA DAC – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	1.862.816	1.680.731
Constituição	2.970.419	3.004.496
Apropriação para despesa	(2.834.977)	(2.822.411)
Saldo final	<u>1.998.258</u>	<u>1.862.816</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Valor justo
"Swap" - ponta ativa: taxa prefixada + dólar	4,28% + USD	150.200	172.853	-
"Swap" - ponta passiva: taxa pós-fixada em CDI (i)	108,50%	(150.200)	(165.613)	-
Varição de ajuste a mercado			-	7.440
Contrato futuro de juros prefixados		(28.320)	-	-
Opção futuro de dólar		(920)	-	(1.624)
Opções de renda variável		2.658	-	858
Contrato de Futuro DI x IPCA		25.179	-	-
Contrato futuro de dólar		(106.264)	-	-
Contrato futuro de índice		(129.146)	-	-
Opções de IDI		469	-	-
Opções e contratos futuros (ii)			(143)	(4.072)
Total - ativo circulante			-	7.440
Total - passivo circulante			(143)	(4.072)

(i) Troca a diferença apurada entre a ponta ativa (variação do dólar + taxa prefixada) e a ponta passiva (variação do CDI), com objetivo de mitigação do risco de variação cambial nos contratos de captação em moeda estrangeira, liquidados em junho de 2020 (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

15. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Depósitos judiciais (i)	315.627	376.309
Despesas antecipadas (ii)	129.861	87.232
Comissões em processamento (iii)	93.674	75.387
Outros créditos a receber de cartão de crédito	64.787	82.953
Recebíveis de resseguro	58.515	20.384
Adiantamentos administrativos	37.370	24.915
Valores a receber - seguro	29.588	24.926
Almoxarifado	8.098	8.949
Convênio DPVAT	7.162	8.198
Cheques a depositar	2.107	19.895
Outros	53.104	61.211
Circulante	799.893	790.359
Circulante	441.381	356.155
Não circulante	358.512	434.204

(i) Vide nota explicativa 15.1.

(ii) O aumento do saldo deve se principalmente pela compra antecipada de milhas pela Portoseg para ser utilizados ao longo do ano, bem como despesas antecipadas com manutenção de sistemas.

(iii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	189.321	235.764
Sinistros judiciais	54.761	84.312
PIS e COFINS	44.983	37.638
Outros	26.562	18.595
	315.627	376.309

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23 (a).

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS – CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2019	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2020
Porto Cia	99,99	4.056.488	996.605	-	(28.395)	13.168	(892.596)	4.145.270
Portoseg	99,99	823.173	191.328	45.000	-	235	(48.532)	1.011.204
Azul Seguros (i)	67,84	552.824	220.588	15.601	(18.028)	1.376	(184.445)	587.916
Porto Consórcio	99,99	140.653	66.830	-	-	105	(12.707)	194.881
Itaú Auto e Residência	99,99	165.201	109.952	-	(3.154)	579	(86.987)	185.591
Porto Serviços e Comércio	99,99	92.389	(7.456)	66.550	-	439	-	151.922
Serviços Médicos	99,99	59.809	8.523	(2.000)	-	58	(4.000)	62.390
Porto Investimentos	99,99	22.367	28.542	-	-	107	(28.997)	22.019
Portomed	99,99	30.938	2.588	(12.526)	(1.543)	-	-	19.457
Proteção e Monitoramento	99,96	26.840	35.218	(8.000)	-	146	(36.991)	17.213
Portopar	99,99	9.416	(3.606)	-	-	(13)	-	5.797
Renova	99,99	1.667	(549)	2.850	-	-	-	3.968
Crediporto	99,80	823	(21)	-	-	13	-	815
Porto Odonto	99,98	339	(41)	85	-	-	-	383
Combinação de negócios (ii)	-	1.033.526	-	-	-	(12.622)	-	1.020.904
		7.016.453	1.648.501	107.560	(51.120)	3.591	(1.295.255)	7.429.730

(i) A “Porto Cia” possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

Controladas indiretas	Participação %
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Porto Locadora	100,00
Health For Pet	100,00
Renova Peças Novas	99,99

16.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

				Dezembro de 2020
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.495.700	8.439.716	9.915.904	764.020
Azul Seguros (ii)	3.281.910	2.508.250	3.501.789	324.594
Portoseg	10.026.907	8.997.201	1.722.433	191.337
Itaú Auto e Residência	774.221	590.438	578.080	109.952
Porto Saúde	1.247.828	772.339	1.942.969	107.045
Porto Consórcio	272.304	171.951	408.706	66.834
Proteção e Monitoramento	20.981	3.762	28.926	35.227
Porto Uruguai	349.379	253.480	386.387	26.464
Porto Capitalização	1.043.186	935.571	126.117	21.175
Porto Vida e Previdência	5.395.905	5.200.056	962.782	(26.041)
Porto Serviços e Comércio (ii)	157.050	5.126	46.196	(8.067)
Porto Conecta	9.640	4.615	893	4.079
Serviços Médicos	70.437	8.047	61.321	6.828
Demais empresas	967.483	757.712	955.334	25.080
	36.112.931	28.648.264	20.637.837	1.648.527
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	-	-	-	1.648.501

				Dezembro de 2019
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	11.962.994	7.997.492	9.724.055	569.664
Portoseg	8.098.711	7.242.866	1.595.948	231.799
Porto Vida e Previdência	5.483.805	5.259.311	1.021.633	20.742
Azul Seguros (ii)	3.329.713	2.606.095	3.514.658	208.690
Itaú Auto e Residência	882.855	715.693	636.360	64.095
Porto Saúde	1.107.698	673.239	1.708.490	71.323
Porto Capitalização	830.332	792.487	95.348	8.943
Porto Seguro Uruguai	276.845	208.827	343.642	2.551
Porto Consórcio	239.486	168.753	334.986	60.544
Porto Serviços e Comércio (ii)	95.392	3.001	33.222	(11.631)
Porto Conecta	13.599	5.152	19.803	(8.013)
Serviços Médicos (ii)	69.705	9.895	60.374	213
Proteção e Monitoramento	35.949	9.103	68.763	2.879
Demais empresas	534.852	372.610	793.610	26.627
	32.961.936	26.064.524	19.950.892	1.248.426
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	-	-	-	1.248.400

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
- (iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;

- (viii) Serviços de “call center” contratados da Porto Atendimento;
- (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Demonstração do resultado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Porto Cia	835.432	768.442	195.175	239.384
Porto Atendimento	205.126	182.576	121.578	94.107
Porto Saúde	169.192	176.337	106.049	94.202
Crediporto	62.926	42.386	8.461	6.448
Porto Investimentos	12.021	11.066	6.660	4.725
Porto Capitalização	6.968	8.755	11.601	11.577
Portoseg	9.349	15.932	231.373	176.638
Porto Vida	2.214	4.417	30.317	25.760
Itaú Auto e Residência	1.414	6.830	50.539	73.178
Proteção e Monitoramento	1.043	3.606	15.548	22.383
Azul Seguros	-	-	356.307	329.190
Porto Consórcio	-	-	61.727	52.764
Demais	7.692	-	118.042	-
	1.313.377	1.243.996	1.313.377	1.243.996

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 13.333 (R\$ 19.900 em dezembro de 2019) e R\$ 900.754 no passivo da Portoseg (R\$ 330.425 em dezembro de 2019) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Controladora	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	398.739	322.669
	398.739	322.669

(*) Vide nota explicativa nº 26 (d).

16.3 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração, diretores, membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Participação nos lucros - administradores	10.554	19.500	93.508	93.433
Honorários e encargos (*)	4.697	3.290	31.036	19.317
	15.251	22.790	124.544	112.750

(*) O aumento deve-se principalmente por 5 novos diretores no exercício atual, bem como abono único de saída pago para diretores desligados e bônus para diretores admitidos no período.

17. ATIVO IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020			
		Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de depreciação	Outros/transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (i)	711.866	127	(2.902)	(18.415)	(2.303)	806.572	(118.199)	688.373	2,0
Terrenos	257.910	-	(3.729)	-	2.789	256.970	-	256.970	-
Obras em andamento	35.701	-	(3.201)	-	-	32.500	-	32.500	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	139.398	11.163	(106)	(10.370)	468	195.784	(55.231)	140.553	5,0 a 33,3
	1.144.875	11.290	(9.938)	(28.785)	954	1.291.826	(173.430)	1.118.396	
Informática	68.190	41.207	(1.249)	(47.536)	746	369.793	(308.435)	61.358	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	20.607	967	(748)	(7.189)	46	94.396	(80.713)	13.683	10,0 a 50,0
Equipamentos	10.702	1.282	(5.146)	(2.450)	(507)	38.948	(35.067)	3.881	10,0 a 14,3
Rastreadores	5.364	3.963	(2.585)	(5.084)	-	3.734	(2.076)	1.658	100,0
Veículos	2.502	484	(414)	(1.000)	(112)	7.917	(6.457)	1.460	20,0 a 25,0
	107.365	47.903	(10.142)	(63.259)	173	514.788	(432.748)	82.040	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	312.206	310.544	(159.146)	(11.323)	(2.212)	461.100	(11.031)	450.069	3,0 a 20,0
	312.206	310.544	(159.146)	(11.323)	(2.212)	461.100	(11.031)	450.069	
	1.564.446	369.737	(179.226)	(103.367)	(1.085)	2.267.714	(617.209)	1.650.505	

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

Não se observaram evidências objetivas de “impairment” para os ativos imobilizados em 2020 e não houve reconhecimento de perdas.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de amortização	Outros/transferências	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	946.275	270.222	(26.150)	(105.558)	(78)	1.620.264	(535.553)	1.084.711	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	28.497	-	-	(6.312)	-	55.135	(32.950)	22.185	20,0
	974.772	270.222	(26.150)	(111.870)	(78)	1.675.399	(568.503)	1.106.896	
Marca	246.000	-	-	-	-	246.000	-	246.000	-
Canal de distribuição	440.726	-	-	(12.622)	-	568.000	(139.896)	428.104	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	-	-	-	-	346.800	-	346.800	-
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (*)	1.033.526	-	-	(12.622)	-	1.160.800	(139.896)	1.020.904	
Ágio na aquisição de investimentos	28.323	-	-	-	-	28.323	-	28.323	
Outros intangíveis	27	-	-	(27)	-	652	(652)	-	20,0
Outras combinações de negócios	28.350	-	-	(27)	-	28.975	(652)	28.323	
	2.036.648	270.222	(26.150)	(124.519)	(78)	2.865.174	(709.051)	2.156.123	

(*) Vide nota explicativa nº 16.

Não se observaram evidências objetivas de “impairment” para os ativos intangíveis em 2020 e não houve reconhecimento de perdas.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2020, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso, utilizando-se o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC a que esses itens estão alocados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior às médias passadas recentes, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.

O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados às UGC dos segmentos operacionais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6: (i) “Seguros de automóvel” e “Seguros - demais ramos”, referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (ii) “Outros”, referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e Health for Pet. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”).

19. ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO (*)

	Movimentações				Dezembro de 2020			
	Dezembro de 2019	Novos contratos/ reavaliações	Baixas/ cancelamentos de contratos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso	118.957	11.613	(4.464)	(22.385)	202.077	(98.356)	103.721	5,0 a 12,5
	118.957	11.613	(4.464)	(22.385)	202.077	(98.356)	103.721	

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	12.752.621	12.566.139	11.804.672	11.686.195
Previdência complementar (20.2)	2.926.462	2.926.462	2.831.110	2.831.110
	15.679.083	15.492.601	14.635.782	14.517.305
Circulante	9.568.600		9.058.721	
Não circulante	6.110.483		5.577.061	

20.1 SEGUROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	7.268.073	7.199.335	6.824.813	6.777.926
Provisão matemática - seguros	2.231.882	2.231.882	2.277.791	2.277.791
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	1.703.813	1.605.791	1.450.538	1.385.752
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	926.536	926.536	770.229	770.229
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	482.535	462.813	414.682	407.878
Demais provisões	139.782	139.782	66.619	66.619
	12.752.621	12.566.139	11.804.672	11.686.195
Circulante	9.247.109		8.697.087	
Não circulante	3.505.512		3.107.585	

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.643.756	2.643.756	2.568.911	2.568.911
Provisão matemática de benefícios concedidos	204.828	204.828	162.449	162.449
Provisão complementar de cobertura	63.311	63.311	76.128	76.128
Demais provisões	14.567	14.567	23.622	23.622
	2.926.462	2.926.462	2.831.110	2.831.110
Circulante	321.491		361.634	
Não circulante	2.604.971		2.469.476	

20.3 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS – CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.402.642	104.737
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.188.197	95.076
Diferimento pelo risco decorrido	(15.486.838)	(88.850)
Aviso de sinistros	8.721.938	60.378
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.037.409)	(56.366)
Atualização monetária e juros	513.699	3.522
Resgates	(396.544)	-
Portabilidades líquidas	(325.211)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	55.308	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.635.782	118.477
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.644.249	126.959
Diferimento pelo risco decorrido	(15.272.805)	(106.439)
Aviso de sinistros	8.321.442	148.257
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.313.018)	(107.422)
Atualização monetária e juros	465.215	7.492
Resgates	(454.534)	-
Portabilidades líquidas	(244.337)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(102.911)	(842)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.679.083	186.482
Circulante	9.568.600	179.764
Não circulante	6.110.483	6.718

20.4 ATIVOS GARANTIDORES – CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	15.679.083	14.635.782
Direitos creditórios (i)	3.934.059	3.257.104
Custos de aquisição diferidos pagos	976.872	809.535
Ativos de resseguro	117.209	71.472
Outros	9.751	8.988
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	5.037.891	4.147.099
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	10.641.192	10.488.683
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	522.151	535.923
Cotas de fundos de investimento	3.814.945	5.003.210
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.084.372	4.200.617
Títulos de renda fixa - públicos	4.474.874	2.827.030
Imóveis - Uruguai	19.174	20.131
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	12.393.365	12.050.988
Excedente (E - C - D)	1.230.022	1.026.382

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

(ii) As empresas supervisionadas pela SUSEP devem oferecer, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.186,4	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.798,5	2.086,5
Um ano mais tarde	1.128,3	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.368,5	1.475,5	-
Dois anos mais tarde	1.193,1	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.393,3	1.355,0	-	-
Três anos mais tarde	1.212,7	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,1	1.435,2	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.256,2	1.369,0	1.413,8	1.324,6	1.497,2	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.324,3	1.428,4	1.461,2	1.365,6	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.379,3	1.465,8	1.502,5	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.412,3	1.497,5	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	1.432,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.432,2	1.497,5	1.502,5	1.365,6	1.497,2	1.435,2	1.355,0	1.475,5	2.086,5
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.196,7)	(1.219,7)	(1.159,0)	(987,4)	(1.080,4)	(960,6)	(870,8)	(966,3)	-
Total	166,1	42,3	65,7	34,7	38,6	57,8	9,6	25,0	1.577,3
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									1.026,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									3.113,0

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Comissões sobre prêmios emitidos	404.709	321.091
Resseguradoras	80.594	52.862
Outros débitos de seguros (*)	16.851	24.412
	502.154	398.365

(*) Refere-se, principalmente, a valores a pagar de serviços de assistência oferecidos aos segurados.

22. PASSIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Operações com cartão de crédito (i)	5.349.263	4.354.424
Depósitos interfinanceiros (ii)	1.185.557	108.742
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	990.100	1.337.087
Passivos de capitalização (iii)	917.486	783.496
Outros empréstimos e financiamentos (iv)	736.000	343.789
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	9.178.406	6.927.538
Captações e financiamentos em moeda estrangeira (v)	-	173.053
Total de passivo financeiro avaliado a valor justo	-	173.053
	9.178.406	7.100.591
Circulante	8.915.922	6.861.875
Não circulante	262.484	238.716

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,1% a 0,5% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Refere-se principalmente à captação de recursos da Porto Locadora no montante de R\$ 160.000, remunerada em CDI + 1,608% a.a., com vencimento em outubro de 2021.

(v) Captação de recursos em moeda estrangeira liquidada no segundo trimestre de 2020.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como “Nível 2” na hierarquia de valor justo.

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.687.084	2.465.063	6.152.147
Aquisição/constituição	35.293.588	1.234.275	36.527.863
Atualização monetária/juros	-	221.612	221.612
Liquidação/reversão	(34.626.248)	(1.174.783)	(35.801.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.354.424	2.746.167	7.100.591
Aquisição/constituição	24.316.382	2.637.109	26.953.491
Atualização monetária/juros	-	125.478	125.478
Liquidação/reversão	(23.321.543)	(1.679.611)	(25.001.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.349.263	3.829.143	9.178.406

23. PROVISÕES JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.308.922	17.408	29.769	1.356.099
Constituições	185	9.391	32.916	42.492
Êxitos/reversões	-	(6.114)	(23.941)	(30.055)
Pagamentos	(49.461)	(5.303)	(7.746)	(62.510)
Atualização monetária	33.853	6.144	(431)	39.566
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.293.499	21.526	30.567	1.345.592
(-) Depósitos judiciais (*)	(1.217.549)	(4.440)	(8.666)	(1.230.655)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2020	75.950	17.086	21.901	114.937
Quantidade de processos	68	689	2.085	2.842

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
PIS	25.178	24.822	537.831	522.868
COFINS	116.864	115.213	309.085	294.678
Processos com adesão ao REFIS	-	-	373.854	416.988
Outros	-	-	72.729	74.388
Total	142.042	140.035	1.293.499	1.308.922
(-) Depósitos judiciais (*)	(142.042)	(140.035)	(1.217.549)	(1.197.150)
Provisão líquida	-	-	75.950	111.772

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto

Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação dos pedidos de desistência das ações perante o Poder Judiciário. A ação que discutia a “CSLL (dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ)” foi homologada em junho de 2015 (Porto Cia e Portopar) e novembro de 2016 (Porto Saúde).

(iii) COFINS

Com o advento da Lei n 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e PortoPar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e PortoSeg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 1.531.123 (R\$ 1.104.977 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R\$ 634.658 (R\$ 458.749 de possível impacto no lucro líquido); (ii) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 367.380 (R\$ 273.410 de possível impacto no lucro líquido) e (iii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 279.349 (R\$ 208.724 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 4.711 (R\$ 6.512 em dezembro de 2019) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 169.304 (R\$ 189.501 em dezembro de 2019), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO – CONSOLIDADO (*)

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	255.302	(111.204)	144.098
Apropriação dos juros	-	15.226	15.226
Constituições/reavaliações de contratos	8.669	-	8.669
Pagamentos	(32.957)	-	(32.957)
Outros/baixas	530	-	530
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.544	(95.978)	135.566
Circulante			20.227
Não circulante			115.339

Deve se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

25. OUTROS PASSIVOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Participações nos lucros	261.364	246.178
Fornecedores	233.710	183.021
Provisão de férias e encargos	117.763	112.844
Devolução a consorciados	81.081	93.178
Programa de fidelidade - cartão de crédito	80.132	93.651
Benefícios pós emprego	57.943	63.907
Outros	82.948	56.749
	914.941	849.528
Circulante	856.650	785.271
Não circulante	58.291	64.257

(*) Os outros passivos da Controladora se referem, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 4.500.000, dividido em 323.293.030 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, das quais 3.368.936 estavam mantidas em tesouraria.

A AGO/E de 31 de março de 2020 aprovou o aumento de Capital Social no montante de R\$ 500.000, advindos das reservas estatutárias para adequação das reservas de lucros conforme limites estabelecidos pela Lei nº 6.404/76, sem alteração na quantidade de ações da Controladora.

(b) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 30 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 2 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 5 milhões de ações;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R\$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.788	372.386	53,22	30
Recompras	141.196	3.013.400	46,86	-
Utilizadas no plano de remuneração e/ou comercializadas (i)	(923)	(16.850)	47,98	115
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.061	3.368.936	50,71	145

(i) Referem-se às ações utilizadas no exercício de outorga previsto no plano de remuneração em ações. Vide nota 26(e).

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 165.078 (R\$ 23.363 em 31 de dezembro de 2019). O preço mínimo das ações recompradas durante o ano de 2020 foi de R\$ 41,12 e o preço máximo foi de R\$ 52,25.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 seu saldo era de R\$ 703.270 (R\$ 618.860 em dezembro de 2019).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, seu saldo era de R\$ 3.340.201 (R\$ 3.135.105 em 31 dezembro de 2019).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO/E de 31 de março de 2020 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019 no montante de R\$ 689.541, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio (JCP) imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2019, no valor de R\$ 371.796, líquidos de imposto de renda, desse montante R\$ 43.673 correspondem ao JCP adicional ao mínimo obrigatório; e (ii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2019, no valor de R\$ 317.745. A Companhia aprovou o pagamento dos referidos JCP no dia 9 de abril de 2020.

Conforme aviso aos acionistas em 19 de agosto de 2020, a Companhia comunicou que, em complemento ao Aviso de Acionistas divulgado em 31 de março de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativos ao exercício findo em 2019, no valor de R\$ 317.745. O pagamento foi realizado no dia 28 de agosto de 2020.

Conforme aviso aos acionistas em junho e em outubro de 2020, a Companhia creditou contabilmente em 29 de junho de 2020, R\$ 192.176 e em 30 de outubro de 2020, R\$ 180.206 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 30 de abril de 2021.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 31 de março de 2020 e pagos até 30 de abril de 2020) foram calculados como segue:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.688.191	1.379.083
(-) Reserva legal - 5%	(84.410)	(68.954)
Ajustes de IFRS	(591)	2.366
Lucro básico para determinação do dividendo	1.603.190	1.312.495
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	400.798	328.124
JCP complementar - líquido	-	43.673
Dividendos complementares propostos	443.298	317.745
Total de dividendos/JCP complementares	443.298	361.418
Total de dividendos (B)	844.096	689.542
Total por ação (R\$)	2,61996	2,13426
Distribuição total (B/A)	50,0%	50,0%

(*) Composto em dezembro de 2020 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R\$ 454.798 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 400.798 e R\$ 54.000, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES (i)

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e/ou das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

- i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e
- iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/ outorgadas aos diretores após o período de “vesting” (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.931	-
Diferimento de "vesting" do período	6.306	2.297
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(923)	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.314	1.931
Valor médio ponderado de direito por ação (R\$)	61,59	52,15

	Quantidade	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	37.734	-
Diferimento de "vesting" do período	90.110	44.046
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(16.850)	(6.312)
Saldo final	110.994	37.734

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	9.716.048	-	9.716.048	9.836.234	-	9.836.234
Saúde	1.888.766	-	1.888.766	1.676.348	-	1.676.348
Patrimonial	1.630.227	(63.560)	1.566.667	1.556.143	(59.287)	1.496.856
Pessoas	928.520	(16.445)	912.075	904.324	(13.467)	890.857
Riscos financeiros	666.454	(8.236)	658.218	444.836	(5.768)	439.068
Uruguai	358.829	(1.239)	357.590	322.138	(1.850)	320.288
VGBL	288.166	(65)	288.101	338.158	(1)	338.157
Transportes	183.452	(1.037)	182.415	102.243	-	102.243
DPVAT	-	-	-	185.875	-	185.875
Outros	144.489	(68.950)	75.539	104.068	(34.167)	69.901
	15.804.951	(159.532)	15.645.419	15.470.367	(114.540)	15.355.827

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Cartão de crédito	864.333	776.192
"Interchange" (*)	404.630	383.604
Financiamentos	268.733	203.200
Empréstimos	70.574	81.790
Outras	30.650	27.865
	1.638.920	1.472.651

(*) Refere-se às remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Porto Consórcio	383.981	324.079
Porto Atendimento	225.276	202.158
Porto Locadora	106.857	78.503
Portopar e Porto Investimentos	96.373	82.460
Crediporto	53.959	36.328
Serviços Médicos e Centros Médicos	60.648	59.820
Porto Saúde Ocupacional	53.996	61.830
Porto Serviços e Comércio	45.967	33.092
Proteção e Monitoramento	27.008	67.409
Outras	80.340	83.535
	1.134.405	1.029.215

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Venda de imóveis e Investimentos (i)	67.501	25.929
Seguros (ii)	38.589	70.890
Outras receitas com cartão de crédito	25.568	45.043
Previdência	18.609	19.014
Consórcio	13.750	13.357
Outras	22.946	10.875
	186.963	185.108

(i) Refere-se principalmente pela venda da carteira de alarmes monitorados da “PMO”.

(ii) Referem-se principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do Consórcio.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática	290.260	290.260	339.259	339.259
Provisão de prêmios não ganhos	351.116	382.263	97.346	106.998
Outras provisões	(2.381)	(2.381)	2.888	2.888
Variação das provisões técnicas - seguros	638.995	670.142	439.493	449.145
Provisão de plano de previdência	115.700	115.700	189.863	189.863
Variação das provisões técnicas - previdência	115.700	115.700	189.863	189.863
	754.695	785.842	629.356	639.008

32. SINISTROS RETIDOS – CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	5.363.616	-	5.363.616	6.572.928	(2)	6.572.926
Saúde	1.361.099	-	1.361.099	1.264.423	-	1.264.423
Patrimonial	618.973	(84.903)	534.070	495.047	(34.722)	460.325
Pessoas	361.708	(26.692)	335.016	272.809	(10.497)	262.312
Riscos financeiros	289.666	(3.313)	286.353	176.626	(55)	176.571
Porto Uruguai	154.191	-	154.191	172.489	-	172.489
DPVAT	-	-	-	79.570	-	79.570
Outros	72.138	(22.296)	49.842	79.231	(9.705)	69.526
	8.221.391	(137.204)	8.084.187	9.113.123	(54.981)	9.058.142

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO – SEGUROS (*) - Consolidado

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Automóvel	2.278.820	2.236.506
Patrimonial	469.774	446.161
Pessoas	302.241	270.579
Saúde	165.407	127.434
Riscos financeiros	109.650	113.777
Porto Seguro Uruguai	100.069	93.205
Outros	49.526	59.562
	<u>3.475.487</u>	<u>3.347.224</u>

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Pessoal e benefícios pós-emprego	1.600.745	1.578.216
Localização e funcionamento	431.072	492.883
Serviços de terceiros	618.618	538.371
Participação nos lucros	273.194	253.198
Publicidade	93.291	103.688
Donativos e contribuições	50.456	36.324
Programa Meu Porto Seguro (ii)	51.370	-
Outras	40.123	80.466
	<u>3.158.869</u>	<u>3.083.146</u>

(i) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa nº 16.3.

(ii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, iniciativa que está oferecendo mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil. O Programa teve início no 2º semestre de 2020, sendo contratados mais de 9 mil profissionais até o momento.

35. DESPESAS COM TRIBUTOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
COFINS	458.455	407.770
PIS	77.218	69.190
Imposto sobre serviços	38.207	33.295
Outras	61.840	58.624
	635.720	568.879

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Captação de recursos	538.367	478.510
Provisão para riscos de créditos	489.629	402.492
Serviços de assistência	154.092	170.287
Cobranças e adm. de apólices e contratos	65.439	101.614
Encargos sociais de operações com seguros	37.860	38.164
Provisão para devedores duvidosos - seguros	16.162	(915)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.648	12.722
Outras	186.831	130.343
	1.501.028	1.333.217

37. RECEITAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	909.663	758.921
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	451.766	307.745
Rendimentos de operações de PGBL/VGBL	270.709	301.388
Operações de seguros	176.393	252.503
Variações monetárias dos depósitos judiciais	31.665	44.349
Outras	59.648	74.403
	1.899.844	1.739.309

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	376.917	52.043
Atualização monetária - passivos de previdência	244.486	66.021
Atualização monetária - PGBL e VGBL	117.682	286.829
Atualização monetária - passivos de seguro	103.047	160.849
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	13.743	59.345
Outras	122.897	75.120
	<u>978.772</u>	<u>700.207</u>

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à desvalorização de títulos para negociação.

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO**39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2020 e 2019, os planos contavam com cerca de 5,6 mil participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 19.180 em dezembro de 2020 (R\$ 17.379 em dezembro de 2019).

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	63.907	61.211
Custo dos benefícios	3.685	4.044
Custo de juros	4.196	5.654
Benefícios pagos	(2.465)	(4.101)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(11.393)	(2.901)
Outros	13	-
Saldo final do passivo	<u>57.943</u>	<u>63.907</u>

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2020, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	3,30%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,0%
Inflação econômica (ao ano)	4,0%
Inflação médica (ao ano)	4,0%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,5%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Vales-alimentação e refeição	173.791	171.411
Assistências médica e odontológica	154.207	141.268
Vale-transporte	20.533	32.258
Auxílio-creche	6.557	7.441
Instrução	4.824	5.525
	<u>359.912</u>	<u>357.903</u>

40. LUCRO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo (conforme definido pela IAS 33 – Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.688.191	1.379.083
Média ponderada do número de ações durante o período	322.179	323.083
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	5,23992	4,26851

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, instalado na Porto Seguro S.A., supervisionando todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, avaliar, acompanhar e recomendar, de forma independente, os seguintes assuntos relevantes: (i) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) o atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Porto Seguro S.A. e às suas controladas, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (v) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Cabe à Administração da Porto Seguro S.A. a responsabilidade pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, bem como pela implementação e manutenção de controles internos adequados à complexidade das operações, com estrita observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS – emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB*).

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes audita as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais aplicáveis.

Tomando por base o disposto no seu Regulamento, no segundo semestre de 2020, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades e tratou de assuntos relevantes, inclusive para as sociedades supervisionadas pela SUSEP: (a) análise e acompanhamento das atividades de Auditoria Interna e Auditoria Independente e aprovação do plano anual da Auditoria Interna; (b) análise e acompanhamento das atividades de Controles Internos e de Gestão de Riscos; (c) realização de reuniões com diversas áreas da organização; (d) avaliação do nível dos trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente, bem como da política de independência mantida; (e) solicitação e análise dos principais aspectos contábeis e da evolução dos principais processos judiciais em andamento; (f) análise do cumprimento das normas especificamente aplicáveis aos setores de atuação

da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; e (g) análise e acompanhamento dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pelo Comitê de Crise, em decorrência do cenário da crise ocasionado pela COVID-19.

O Comitê reuniu-se com os Auditores Independentes e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado).

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2021.

Fernando Kasinski Lottenberg

Cynthia Nesanovis Catlett

Guy Almeida Andrade



PARECER DO CONSELHO FISCAL

“O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 1º de fevereiro de 2021 e a ser entregue assinado em 3 de fevereiro de 2021, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.”

São Paulo, 01 de fevereiro de 2020.

Edson Frizzarim

Andréa Noceto Degli Oddi

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

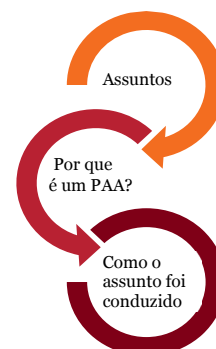
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porto Seguro S.A.

Nossa auditoria do exercício de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para riscos de crédito (*impairment*) de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R\$ 8.810.815 mil.

A Companhia através de sua controlada, mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS9/CPC 48, totalizando o valor de R\$ 642.071 mil.

A provisão para risco de crédito (*impairment*) continua sendo área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela administração da sua controlada relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR) e Previdência Complementar (PCC) (Notas 2.17, 4.4, 20, 20.1 e 20.2)

A Companhia através de suas controladas, registrou determinadas provisões técnicas, com

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do

Porque é um PAA

destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R\$ 482.535 mil, (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R\$ 1.703.813 mil e (iii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$ 63.311 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros e previdência envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e dos prêmios emitidos, bem como na definição de premissas para os seus cálculos.

Em nossa avaliação continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais pelos responsáveis técnicos, bem como inspecionamos se esses técnicos tinham a qualificação e a experiência apropriada.

Com o auxílio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR, PSL e PCC, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, testamos a totalidade e a integridade das bases de dados de emissão de apólices e de sinistros utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Testamos também as análises de sensibilidade preparadas pela administração para consideração dos potenciais impactos decorrentes das variações na taxa de desconto no cálculo da PCC, na sinistralidade e despesas administrativas. Essas análises de sensibilidade encontram-se descritas na Nota 4.4 às demonstrações financeiras.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais, os cálculos e as análises de sensibilidade são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Porto Seguros S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes, o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Porto Seguro S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Porto Seguro S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
MARCOS AMBROGIO CRESPI BONOMI
ANA LUIZA CAMPOS GARFINKEL
PAULO SERGIO KAKINOFF
PATRICIA MARIA MURAT CALFAT
PEDRO LUIZ CERIZE

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
CELSO DAMADI
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
LENE ARAÚJO DE LIMA
MARCELO BARROSO PICANÇO
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC SP 255783/O-1